

Neofascistização ou populismo? Partidos como processo da cristalização do ódio na forma-Estado

Leonardo Carnut¹

Resumo

O objetivo deste artigo é criticar as compreensões correntes sobre a radicalização política à direita e demonstrar que se trata de um fluxo do ódio nas relações sociais (típicas dos neofascismos) que, processualmente, encontra no ‘partido político’ sua oportunidade de canalização. Metodologicamente, optou-se pela compreensão lógico-histórica que articula ‘o econômico’ e ‘o político’ advinda do Debate da derivação do Estado. Assim, o texto está dividido em seis seções. A primeira questiona se há uma ‘convergência global’ ou uma ‘emergência mundial’ em relação à radicalização política. A segunda questiona se é a crise migratória ou os limites do Estado Social capitalista que são a origem do ódio. A terceira historiciza o surgimento do *United Kingdom Independence Party* (UKIP) como forma de canalização das relações sociais de ódio. A quarta expõe os argumentos do *mainstream* da ciência política sobre o fenômeno da radicalização, identificando-o como: populismos. A quinta realiza uma crítica desde o marxismo sobre o uso da categoria populismo. E, a sexta, apresenta breves notas sobre o espraiamento mundial do ódio via partidos e o bolsonarismo no Brasil. Uma seção final encerra com breves considerações finais.

Descritores: Economia Política, Marxismo, Derivacionismo, Partidos Políticos, Neofascismo.

Introdução

O novo tipo de fascismo (neofascismo), próprio do século XXI, vem deixando a comunidade científica ainda mais em dúvida sobre o significado deste fenômeno. Ao invés de tentar compreender a relação orgânica que existe entre o avanço das “extremas-direitas” no mundo sob a lógica da totalidade das relações sociais no capitalismo na sua fase neoliberal em crise (CARNUT, 2023a; CARNUT, 2022a), a escolha tem sido outra. Há uma prédica de insistir em análise isoladas, desconexas e, ainda, classificatórias e escolásticas, o que tem levado, inevitavelmente, a conclusões reificadoras, preconceituosas e, até, sofisticadamente mecânicas sobre o social.

Isto se agudiza quando a finalidade da análise tem por limite as instituições políticas burguesas (como ‘Estado’, ‘partidos’ etc.) vistas apenas como ‘aparelhos’. Tomados como uma realidade absoluta – ou seja, sem serem vistos como “relativos”, ou ainda, como formas sociais de “relação-com” – a tendência é o depósito de expectativas apenas para com a cristalização destas formas sociais burguesas, de maneira estática e, portanto, substantivadas – ‘o’ partido, ‘o’ Estado, ‘o’ sindicato – sem levar em consideração a interação existente entre os sujeitos que conformam estas organizações, fetichizando-as. Na ciência política empiricista (JÚNIOR, POGREBINSCHI, 2010), isto tem se consolidado por meio de novas construções categoriais como “nova direita” (URBAN; COLL, 2019), “neopopulismos” (MONTEIRO, 2020) ou, quando se admite aquilo que vivemos é fascismo, diz-se que é um fascismo “de baixa intensidade” (RUBIO, 2020).

Ao considerar a diversidade de interpretações que existem sobre o fenômeno do neofascismo, opto por ver o neofascismo como a maioria dos autores marxistas latino-americanos contemporâneos o concebem. Assim, entendo que a categoria neofascismo é utilizada para abranger as dimensões de adaptabilidade, hibridização e mutabilidade do fenômeno fascista ao longo de um século de história. Isto nos permite compreender as novas formas como o fenômeno fascista se apresenta do ponto de vista das suas práticas (e não apenas do ponto de vista dos seus “projetos” ou apenas de grupos que se identificam com o fascismo clássico). Assim, concebo o neofascismo como o avanço das relações sociais que estruturam a sociabilidade capitalista no ‘momento’ político em que, especificamente o seu conteúdo, adquire contornos iguais ou semelhantes ao fascismo clássico, mas adaptado à realidade do século XXI (MATTOS, 2019).

A adoção desta categoria “neofascismo” ajuda a entender à realidade política em vários países após a crise de 2007-2008, mas não significa que grupos abertamente neofascistas não existissem antes disso. Pelo

¹ Pós-doutor em Sociología pelo Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (ISCyH-BUAP), Puebla, Pue., México. Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil.

contrário: estes grupos encontraram terreno fértil para expressar as suas agendas, mas sem necessariamente parecerem hostis. Embora existam grupos com identidade fascista ou que defendam o projeto fascista do século XX, isso não exclui grupos que não são da mesma linhagem dos ‘fascistas clássicos’, mas que lembram, readaptam ou renovam o fascismo clássico às novas circunstâncias. Trata-se, portanto, de uma opção teórica que não é “continuista” (mas sem negar o carácter de continuidade de alguns grupos e/ou organizações) (CARNUT, 2023b).

Assim, como um contraponto às análises mais corriqueiras sobre o cenário de avanço da extrema-direita no mundo, consideramos que a categoria *fascismo* (em seu novo tempo – um ‘neo’*fascismo*) seria a mais apropriada para pensar organicamente o momento² político vivenciado pelo capital – predominantemente financeirizado e em crise. Isto porque, quando visto como um todo, é possível identificar uma emergência sócio-histórica do desenvolvimento neofascista em sua totalidade em diversos países do mundo. Abstraindo-se a intensidade, mesmo sob formações sociais e conjunturas domésticas distintas – que lhes dão seus matizes próprios –, e diante da expressão empírica destes acontecimentos, é difícil não os entender como uma aparência de algo maior.

Quais expressões empíricas estamos nos referindo? São elas: o carácter antidemocrático associado ao respeito da ‘formalidade democrática’; a crescente presença de lideranças carismáticas, as readaptações ou reinterpretções das políticas fascistas tradicionais às novas circunstâncias; o emprego da violência gratuita; a visão autoritária e discriminatória de mundo que ganha cada vez mais adeptos; as classes sociais que canalizam seus medos e suas esperanças para o aumento da discriminação; o reforço de uma espécie de “nacionalismo pró-imperialista”; a radicalização da exploração de recursos humanos (gerencialismo atomizante) e recursos naturais (consideram o meio-ambiente como ‘bobeiras ecológicas’); o salto qualitativo na dinâmica de exploração-opressão do capitalismo triturando liberdades democráticas e as garantias sociais das classes baixas; os movimentos de massas atingidos pela crise que rechaçam as saídas progressistas e depositam na figura carismática (excêntrica) simpatia por soluções radicais e as diversas modalidades de ‘guerra cultural’ com o avanço político de ‘organizações neofascistas’ (CARNUT, 2020).

Certamente as expressões empíricas supracitadas, conformam um conjunto de fenômenos que não podem estar dissociados e, portanto, não devem ser vistos de maneira desconexa pois certamente não se trata de uma coincidência. Cabe ao olhar crítico compreender de onde vêm, qual seu ponto de origem e como estas expressões estão arraigadas na própria sociabilidade vigente no período histórico situado. Justamente em um período em que as relações sociais ultrapassam o local rapidamente, ultrapassando barreiras geográficas e que se espalhando muito mais rápido quando comparadas a um século atrás (PAXTON, 2005).

É neste sentido, que as relações transatlânticas entre as formas sociais capitalistas – mercadoria, valor, dinheiro, capital, trabalho, Estado, etc. – não devem surpreender pelo grau de mundialização que elas alcançaram. Isto não seria diferente com o avanço mundial de todas expressões acima elencadas, que, como uma estratégia global de sobrevivência do capitalismo em suas ‘formas³ sociais’, ganha terreno em diversos Estados-Nações, seja no norte ou no sul global. Especificamente o que nos interessa neste debate, é como as relações entre os sujeitos e uma forma social estatal específica – ‘o processo de formação dos partidos’ – tem sido um catalizador desta ‘socialização do ódio’ e da ‘raiva social’ que são as práticas fascizantes atuais (CARNUT, 2023c).

² A categoria ‘momento’ é uma categoria da filósofa alemã inicialmente trabalhada por Schelling (SATOOR, 2023) depois desenvolvida por Hegel (HEGEL, 2018). Serve para compreender o “movimento” (‘histórico’, por certo) que existe na “passagem” de uma fase para outra (ÁVALOS, 2020). Mendes (2024), ao revisar essa categoria em Ávalos (2020), demonstra o entendimento do “momento político” como a passagem essencial de uma coisa à outra para não separar dimensões de um mesmo fenômeno (MENDES, 2024) – como a inseparabilidade do ‘político’ e do ‘econômico’ por exemplo (WOOD, 2003).

³ A ‘forma’, como explicita Ávalos (2020), é o conjunto de caracteres que sustentam ou são básicos nas coisas, ou seja, a forma é a essência, ou ainda, um conjunto relacional cujo resultado é a essência de algo. Holloway (1991[2029]) afirma que Marx em sua obra tenta construir uma ‘ciência das formas’ (forma-valor, forma-dinheiro, forma-trabalho, forma-capital, etc.), o que, do ponto de vista metodológico, apresenta-se com uma importância central, já que a perspectiva derivacionista retorna o método marxiano para reconstruir seu caminho em busca da compreensão dos fenômenos que Marx e Engels não conseguiram investigar em vida, dos quais, o fenômeno “Estado” é um deles.

O avanço desta repulsa social, iniciou na Europa em contraposição aos Estados de “Bem-Estar Social” e ganhou expressão crítica na discussão da saída da Inglaterra da União Europeia (UE) – Brexit. Apesar do aumento da raiva social não ser um assunto de hoje, a situação de crise capitalista – expressa na bolha de 2007-2008 – agudizou e justificou a reação anteriormente vivida, o que proporcionou o ressentimento da classe trabalhadora promovendo um longo período de sensação de desconfiança nas “instituições” tradicionais e a irrupção do ódio de caráter antissistema (MENDES, CARNUT, 2024). Contudo, sob a tempestade perfeita do capital em sua forma-império (ÁVALOS, 2021; TAVARES, 2023), esmagando a “ilusão” de soberania dos Estados-nações (MENDES, 2024), do esvaziamento dos velhos direitos econômico-sociais em favor de um mercado global, da desintermediação da política, do desaparecimento de velhos sujeitos coletivos ou da proliferação das paixões tristes como o ‘medo’ e a ‘raiva’, diversos autores se apressaram em classificar essa agitação social por um só nome: populismo (BERROCAL, 2021).

Assim o objetivo deste artigo é criticar as compreensões corriqueiras da ciência política empiricista e das análises mais superficiais sobre o problema e nos dedicar a elucidar o processo de canalização da raiva social (típicas dos fascismos) em um conjunto de relações sociais específicas que, ao se adensarem, encontram na conformação do ‘partido político’ (este processo de condensação das relações sociais específicas dentro da forma-Estado) que irá carregar consigo a ‘ira’ e a ‘raiva’ dispersa nas massas, direcionando-as a soluções que reforçam ainda mais a lógica do modo de produção capitalista, salvaguardando-o em situações de crise como nesta quadratura histórica se apresenta.

Metodologicamente, optou-se pela compreensão lógico-histórica advinda da crítica realizada ao modo de produção capitalista feito pelo Debate da derivação do Estado que trabalha com o método dialético de Marx em *O Capital* (MARX, 2011; MARX, 2014; MARX, 2017) revisitado desde seus fundamentos na filosofia clássica alemã e que toma o capital como totalidade, isto é, como um ‘todo em desenvolvimento’ cujos momentos deste *devir* promovem a articulação constante entre o ‘econômico’ e o ‘político’ de maneira mútua. É pertinente lembrar que o debate da derivação do Estado faz parte de uma tradição de análise sobre a relação Estado e Capital que aconteceu na antiga República Federal da Alemanha entre 1970-1974, principalmente em Berlim Ocidental e Frankfurt, e, ainda, no interior da *Conference of Socialists Economists* (CSE), no Reino Unido nesse mesmo período. Este debate ainda tem como origem as discussões da relação intrínseca entre Estado e Capital via forma-jurídica feita inicialmente por Pachukanis em *A teoria geral do direito e o marxismo* (PACHUKANIS, 2017), sendo retomada por Joachim Hirsch (HIRSCH, 2010) e, desde então continuada em um denso debate a respeito da relação orgânica entre estas duas formas sociais que pode vista em toda sua profundidade em um texto (*The State Debate* (CLARKE, 1991a) traduzido recentemente por Carnut e Fogaça (2022b)) e em duas grandes obras compiladoras deste riquíssimo arcabouço teórico metodológico: *The State Debate* (CLAKE, 1991b) e *Estado y Capital* compilado e traduzido por Bonnet y Piva (2017).

Logo, este artigo está dividido em 6 seções que, longe de esgotar o tema, visa trazer elementos para repensar esta emergência, desde o derivacionismo, apontando a organicidade entre ‘o político’ e ‘o econômico’ e demonstrando o ‘processo de neofascistização’ como um fluxo de ódio que encontra no *partido* sua primeira cristalização. Na primeira seção refutarei a tese de que se trata de uma ‘convergência global’ e, que, derivacionisticamente falando, faz mais sentido pensar como uma ‘emergência mundial’. Na segunda, tratarei da crise migratória (o econômico) como uma aparência do fenômeno, obscurendo que há por trás deste processo que são os limites do Estado Social capitalista (o político). Na terceira seção, seguindo o exemplo de Marx, ao tomar a forma mais desenvolvida do capitalismo como exemplo de sua análise (o capitalismo Inglês), usarei o exemplo mais acabado do partido político que se consolidou a partir de congregação do ódio e do ressentimento social no país capitalista mais antigo, o caso do surgimento do *United Kingdom Independence Party* (UKIP). Na quarta seção, irei expor os argumentos que o *mainstream* da ciência política apresenta sobre o fenômeno, tomando-lhes como “populismos” e/ou “novas direitas” e, ainda, sobre as críticas internas que existem no próprio *mainstream* sobre estas categorias. Na quinta seção irei fazer uma crítica desde o marxismo sobre o uso da categoria “populismo” expondo os problemas desta categoria para entender o momento político no neofascismo nesta situação de crise capitalista. E, por fim, na

sexta seção, trarei breves notas sobre como o processo de neofascistização, em sua decorrência lógico-histórica, faz-se necessário seu espraiamento em nível mundial e, para isso, exemplificarei como a relação entre UKIP (e alguns outros partidos) servem de inspiração e contatos para com o Bolsonarismo no Brasil.

‘Convergência global’ ou ‘emergência mundial’?

Pesquisadores dedicados ao estudo da extrema-direita na Europa e EUA têm uma convicção. Para eles, há uma “convergência global” sobre um conjunto de fenômenos identificados como a ascensão de um certo tipo de ‘radicalidade política’. Em uma rápida leitura, estes fenômenos, ditos “globais”, tendem a ganhar feições locais e a gerarem explicações de caráter meramente contextual – sem maiores explicações sobre aquilo que os gera, e, portanto, sobre o que os une. A vitória de Trump em 2016, por exemplo, responde ao impedimento de uma possível reeleição do primeiro presidente afro-americano, Barack Obama, e ao crescimento do *Tea Party* (movimento radical de direita) e nada mais. Nigel Farage, do britânico UKIP, e a ascensão de Boris Johnson no Partido Conservador parecem indissociáveis do erro de cálculo do então primeiro-ministro David Cameron a partir do plebiscito a respeito da saída da União Europeia (UE) (SCHLEGEL, 2021)⁴. Mas será realmente que apenas o ‘emaranhado’ destas ‘conjunturas políticas locais’ é o suficiente para compreender a determinação destes fenômenos? Esse é um dos primeiros elementos que essas análises carecem: de articulação entre o político com o econômico. Quando não o fazem, incorrem em exacerbar um ou outro. Nestes casos, o emaranhado de conjunturas políticas locais, descontextualizadas e que se explicam apenas institucionalmente – ou até tautologicamente –, são teorias embebidas em viscoso politicismo.

“Politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional” (CHASIN, 1982, p. 4). O politicismo, analogamente ao economicismo, nada tem que ver com politização, com o valor da ação política. Na verdade, o politicismo desvirtua a própria política, pois desconstrói o complexo de especificidades das relações sociais e toma cada uma das “partes” de maneira isolada, ou, como resultantes de si mesmas. Na busca da “autonomia do político”, tanto na prática e quanto na teoria, o politicismo toma a complexidade das relações sociais apenas por uma de suas facetas, a da política, o que acaba por descaracterizá-la por exacerbá-la arbitrariamente (ASSUNÇÃO, SARTÓRIO, 2008).

O politicismo expele a economia da política ou “torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político”, deixando de “considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais” (CHASIN, 1982, p. 5), sendo, portanto, um problema de abordagem metodológica em última instância, pois desloca o “econômico” reservando-lhe uma posição colateral (um fator), ou, quando não, uma dimensão excluída da análise. Trata-se de um procedimento tipicamente liberal, segundo o qual a economia pertence à esfera do privado, enquanto a política, “formalmente estufada”, volta-se a explicar apenas a coisa pública. O politicismo age, pois, como “protetor da estreiteza econômica e política da burguesia” (CHASIN, 1982, p. 6) e, na medida em que “efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica e aparentemente expõe o político ao debate e ao ‘aperfeiçoamento’” (CHASIN, 1982, p. 6), “atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado” (CHASIN, 1982, p. 6). Desde logo, estes eventos que são objetos de explicação sobre os “estudos da extrema-direita”, por serem vistos isoladamente, ou, ainda, por tenderem a se explicarem por si sós, só chegam a essas compreensões porque já estão, antes de tudo, metodologicamente isolados pelo politicismo.

Outra “convergência” que a literatura assevera, sobre os chamados “estudos da extrema-direita” é a ligação entre pólos do espectro ideológico-político muito distintos. A exemplo novamente da eleição de Trump, a literatura vem assumindo sua ligação com a ascensão do Podemos na Espanha (partido reconhecidamente de esquerda) além de outras variantes muito díspares como o caso da figura singular de

⁴ Para uma breve linha histórica sobre o Brexit e os posicionamentos de Farage ver em:

<https://www.noticiasdenavarra.com/actualidad/2016/07/04/dimite-nigel-farage-lider-ukip-2748797.html>

Bolsonaro no Brasil (um militar medíocre alçado à presidência) e o UKIP na Grã-Bretanha (um partido de extrema-direita anti-UE). Estes casos, tão diferentes entre si, têm sido citados como exemplos de “populismo”. Esse “populismo” seria uma força política definidora de nosso tempo. Para certos autores não representariam uma “identidade” política única (podendo ser de esquerda e de direita) justamente por ser uma ideologia “rala” que animaria diferentes projetos políticos (RALTE, MAESELE, PHELAN, 2021).

Mas, o fato é que quando o termo ‘populismo’⁵ passa a ser usado para caracterizar essa “convergência”, tomando por dimensão a “unificação de projetos políticos distintos”, o problema passa a residir em seu caráter *negativo*. Na sua aceitação habitual, o populismo é aquilo que um governo *não* deveria fazer. Pela forma como o termo aparece nos meios de comunicação de massa dos EUA e da Europa, o “populismo” é uma síndrome política causada pela *imaturidade* de líderes e de seguidores ao mesmo tempo⁶. É desde aí que a categoria “populismo”, pela sua negatividade, ou seja, pelo que não é, poderia tanto ser de ‘direita’ ou de ‘esquerda’, até mesmo de ‘centro’, mas, sendo sempre ‘irracional’. Parece, portanto, que o termo populismo é um *in-significante* (RAMIMEZ, 2012), ou, ainda, que significa a irracionalidade (das massas e dos atores políticos). Assim, aspectos típicos como a demagogia, a liderança carismática, a xenofobia, o clientelismo, o personalismo, a redistribuição social, o sensacionalismo e o nacionalismo são diferentes expressões da “irracionalidade política”, o que ajuda a entender a escolha pelo termo, já que essa “convergência” de uma nova radicalidade política aparece como irracional.

Seria irracional, não pelo fato do avanço da irrazão como fenômeno histórico (EVANGELISTA, 1977), que tende a ganhar maior alcance e relevo nos momentos políticos de crise estrutural que proporcionam a possibilidade dos fascismos (KONDER, 2009), mas entendendo o irracionalismo, mais uma vez, dentro dos “muros” da institucionalidade política, ou seja, como um problema que não cabe nos pressupostos dos teoremas da escolha racional, pois só a ‘irracionalidade’ explicaria os preconceitos do eleitor (no caso da direita) ou a “quebra” do tesouro em nome da justiça distributiva (no caso da esquerda), ou ainda a difamação da oposição e o desprezo à representação substantiva do povo (em todos os casos) ou, ainda, seria irracional o desacordo sobre a lógica cartesiana que supostamente deveria reinar na administração dos assuntos públicos (CHAMOSA, 2013). Como um desqualificador, o populismo pode ser invocado em quaisquer destas situações quando elas não cabem nas lógicas nem do cálculo ‘racional’ da política e nem da teoria política normativa.

No entanto, como adjetivo (“populista”), seu conteúdo qualificador é outro e vem mudando de significado constantemente. Para Dussel (2007), houve um deslizamento semântico, uma redefinição político-estratégica do termo. “Populista” significaria, portanto, um adjetivo par qualificar quaisquer medidas (do líder) ou movimento sociopolítico (da massa) que se oponha à tendência de globalização descrita pelo Consenso de Washington (CW). Não custa lembrar que esta tendência é aquela que justifica a privatização dos bens públicos dos Estados periféricos, a abertura dos seus mercados ao produtos do capitalismo central, e que nega a priorização das exigências, das necessidades da grande maioria da população empobrecida pelas políticas adotadas pelas ditaduras militares (até aproximadamente 1984) e posteriormente aumentada pelas decisões de reformas estruturais ditadas a partir dos critérios de uma economia neoliberal⁷. Nesse sentido, a ciência social crítica deve rejeitar o uso do termo populismo, pois este não atende à clareza semântica de ser um nome que possui conteúdo epistemicamente preciso. É simplesmente um insulto, uma declaração ideológica dissimulada, usada para confundir sofisticadamente o

⁵ O termo populismo é uma imprecisão em si mesma (que tratarei mais adiante) não apenas restrita a essa dimensão.

⁶ Como afirma Chamosa (2013, p. 3): “É quase impossível não entrar na difamação que carrega [*o populismo como*] este ditador do preconceito histórico que observadores norte-americanos e europeus, bem como membros da inteligência nacional, têm expressado consistentemente na cultura política latino-americana. O populismo latino-americano aparece consistentemente como expressão da imaturidade cívica e como explicação institucional pseudopsicologicamente resultado da tendência infantil à satisfação imediata das paixões”.

⁷ No México continuaram a ser os que vigoraram até 2008. No meio daquela ‘noite da história’ latino-americana, a revolta em Chiapas em janeiro de 1994 significou um raio no meio da escuridão. Ou seja, todos os movimentos populares e políticos desde 1999 (tomando como data de referência a promulgação da Constituição Bolivariana na Venezuela) que se opõem ao projeto neoliberal serão tachados de “populistas” (DUSSEL, 2007).

opponente. É claro que a sua utilização é quase unânime entre os meios de comunicação a serviço do capital central e periférico, de teorias construídas *ad hoc*, continuamente utilizadas pelos grupos politicamente dominantes que se opõem aos movimentos populares que lutam contra a teoria e a prática do CW (DUSSEL, 2007).

A respeito das análises corriqueiras sobre os partidos, a aparente “convergência” nestas análises soam como uma relação mecânica entre pontos isolados – do globo – que, em sua junção/soma, parecem ‘montar’ um conceito que abarque toda essa multiplicidade – a ponto de fazer desaparecer as diferenças fundamentais, como por exemplo, o projeto político a que estão filiados ou a que posição da luta de classes revidinham estes sujeitos – produzindo uma categoria tão ampla que indistingue situações políticas muito opostas. Uma explicação para isso advém da gênese e da função social da noção de populismo que parte da ideia de ‘massas’ como critério de análise.

Assim, a chamada ‘teoria da sociedade de massas’ (em oposição à teoria marxiana das classes sociais) –, surgida na Europa na primeira metade do século XX ganhou expressão no momento em que o pensamento liberal se vê às voltas com duas formas distintas de negação da liberal-democracia: a *ascensão do nazi-fascismo* e a *Revolução Russa*. Em termos sintéticos, na teoria da sociedade de massas encontrava-se, pois, a democracia liberal como horizonte desejável. Esse tipo ideal político, sonhado para toda sociedade capitalista moderna e racional, ao ser ‘corrompido’ ou ‘desviado’ (em uma noção linear da história) desaguaria conseqüentemente no seu contrário ou na sua degenerescência: ‘totalitarismo’ ou ‘populismo’, respectivamente. Ou seja, enquanto o populismo seria uma forma incompleta ou em decadência da liberal-democracia, o totalitarismo seria a negação – o oposto – dela. Tanto o fascismo, como o comunismo seriam totalitários, diferenciando-se enquanto sua base social – para o comunismo, os trabalhadores, para o fascismo, a classe média (CASTILHO, 2014).

Traverso (2019) destaca a importância de abordar a relação que cada contexto tem com sua história nacional, historicizando os processos de socialização. Isto evita as análises que deshistoricizam e, portanto, descontextualizam, pois, estas últimas geram muitas vezes conclusões que colocam a virada para a direita como um fenômeno único. Dullo (2022) exemplifica esta questão de maneira aplicada, pois para ele, confundir Trump com Le Pen, UKIP com Órban e argumentar que Bolsonaro é apenas outra instância da tendência global não é apenas perder esse ponto [*da deshistorização*], mas também continuar uma postura epistêmica colonial na qual o Norte é considerado o padrão para qualquer outro contexto [*descontextualização*]. Cada experiência é um fenômeno heterogêneo e composto no qual o passado autoritário habita diferencialmente as formações sociais latinoamericanas, e, em certa medida, são distintas do contexto autoritário global do nazismo e do fascismo (DULLO, 2022).

Por isso, parece ser mais válido compreender que há um “emergir” mundial, um *momento* político deste ‘todo orgânico histórico-lógico’ que é o desenvolvimento capitalista no mundo inteiro – neste *momento*: ultraneoliberal e financeirizado – e que expõe a classe trabalhadora a condições de vida tão duras cujo rebaixamento sistemático é sentido, mas pouco politizado por uma esquerda mundial fragmentada. É neste caminho que a crítica à “convergência global” pode ser vista como uma “emergência mundial”, de um processo social – um conjunto total de relações sociais, ou, ainda, uma ‘totalidade em desenvolvimento histórico’ (SAMAJA, 2023) – que acompanham, a partir de sua história e situações domésticas, o desenvolvimento das forças sociais capitalistas, resistindo ou cedendo a seus momentos de diferentes maneiras e com várias expressões concretas. Para nós, este é o momento político neofascista do ultraneoliberalismo econômico (FASSIN, 2018).

Quando não se apela ao populismo para explicar a emergência do momento político neofascista, e passa a se considerar alguma especificidade local, a tendência é reduzir o fenômeno a uma única dimensão: a do Estado-Nação. Assim, a explicação do problema da radicalização à direita passa a ser um problema do avanço dos novos ‘nacionalismos’. Para Wittner (2015):

a partir de 2015, os partidos políticos **nacionalistas** tinham **feito enormes avanços em países ao redor do mundo**, mais recentemente eles estão em declínio. A **onda nacionalista** foi liderada por uma nova geração de demagogos **populistas de direita** que, alimentando-se do descontentamento público com a imigração generalizada e a estagnação econômica, conseguiram avanços políticos surpreendentes. Matteo Salvini, da Itália,

Geert Wilders, da Holanda, e Marine Le Pen, da França, catapultaram seus movimentos políticos periféricos para o *status* de partido principal. Na Grã-Bretanha, o UKIP de Nigel Farage surpreendeu os principais partidos ao vencer um referendo pedindo a saída da Grã-Bretanha da União Europeia. Donald Trump, defendendo uma política de “América em primeiro lugar”, chocou os especialistas políticos ao sair vitorioso na corrida presidencial dos EUA em 2016. Dois anos depois, no Brasil, o extravagante Jair Bolsonaro, em campanha sob o lema “Brasil Acima de Tudo”, foi facilmente eleito presidente de seu país (WITTNER, 2021, p. s/n). [grifo nosso]

Assim como na análise de Wittner (2021), a tendência de pensar o nacionalismo em sua parcialidade também aparece na análise de Roloff (2020) e, mais uma vez como um elemento separado do todo. Por exemplo, esta visão reitera que a imigração em massa retirou o controle independente do poder parlamentar e econômico britânico e que a Grã-Bretanha deve se ‘proteger nacionalmente da UE’ visando devolver a autonomia política e a soberania ao seu ‘povo’ (populismo). Devido a esse tipo de propaganda, muitos eleitores passaram a acreditar que o Reino Unido deveria ter controle rígido sobre sua fronteira e ser governado como um ‘Estado-Nação soberano’ (nacionalismo). Assim, a conclusão fatídica é que há um ‘populismo *excludente*’ que reivindica um nacionalismo, mas, ao mesmo tempo é contra as bases democráticas desta mesma nação (ROLOFF, 2020). Bem confuso.

Se pensarmos mais amplamente, para além da aparência que nos demonstram estes personagens tão insanos, vulgares, imaturos para focarmos na essência de uma crise política em que as instituições políticas não estão mais em condições de acomodar as tensões sociais engendradas por contradições econômicas excessivamente agudas (SAINT-CYR, 2021), podemos ir um pouco mais além na tentativa de unir organicamente estes fenômenos sem perder suas dimensões próprias. O nacionalismo entende a nação como uma comunidade cultural e/ou biológica pela qual se constitui por um povo. O nacionalismo não apenas quer estabelecer um Estado-Nação, onde vivem os membros imaginados da nação, mas também luta pela pureza da nação. Mas na realidade, as sociedades nunca são homogêneas porque existem diferentes modos de vida e os Estados-Nações são, por fim, o resultado de conflitos, guerras, imperialismo e colonialismo. A ‘nação cultural e biológica’ é uma construção ideológica que serve para desviar a atenção da exploração e dominação reais (FUCHS, 2020), e que, em momentos de crise política⁸ emerge como um discurso que faz sentido à uma massa marginalizada e ressentidas pela piora das condições de vida.

Assim, o marxismo acrescenta a esse entendimento que o nacionalismo como ideologia tenta desviar a atenção dos diferenciais de poder reais entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, bem como entre os poderosos e os impotentes, construindo um interesse nacional comum ilusório entre estes grupos. O nacionalismo apresenta os estrangeiros como inimigos da nação para legitimar: a burguesia, o capitalismo, a exploração e a dominação. Colocar uma nação contra a outra e exigir o estabelecimento de novas nações expõem o perigo de negligenciar o caráter fundamental dos antagonismos de classe. O capitalismo transnacional e o capital nacional são as fontes de exploração dos trabalhadores em diferentes países, regiões, culturas e sociedades. O capital não tem nação, o capital não tem nada em comum com os trabalhadores, mas os trabalhadores em diferentes partes do mundo têm em comum que são explorados pelo capital e devem guiar-se por um interesse objetivo universal em superar o capitalismo. A ascensão contemporânea de novos nacionalismos mostra como o *fetichismo da nação* e o *bode expiatório de trabalhadores* migrantes, refugiados e certas culturas servem a propósitos ideológicos (FUCHS, 2020) que fomentam o ódio fascistizador.

Crise migratória ou limites do Estado Social capitalista?

Um argumento comumente levantado pelos analistas políticos para justificar o ascenso do neofascismo na Europa tem sido a questão da imigração. Analisando *posts* de redes sociais sobre o tema, Hearne e Ruyter (2022) observaram que os movimentos de massa levantaram questões específicas em torno

⁸ Por isso mesmo que, mais uma vez, o ‘populismo’ aparece como categoria explicativa pois ela se aplicaria a entender as diferentes modulações da ‘soberania popular’ em momentos de deslegitimação institucional e crise democrática das nações (BERROCAL, 2021).

sobre a legalidade da imigração fragmentando população imigrante. Isso é visto em movimentos em toda a Europa e no mundo, seja Marine Le Pen, Donald Trump, Geert Wilders, Viktor Orban, Vladimir Putin, Jair Bolsonaro, AfD ou UKIP. Contudo, mais uma vez, os autores ignoram em suas análises a diferença do problema da legalidade nestes diferentes casos. Ainda, consideram que a legalização dos imigrantes seria o suficiente para protegê-los dos problemas de acesso, discriminação ou violência institucional em relação aos serviços de proteção social. Este tema deposita mais uma vez o problema sob o Estado Social capitalista e sua ‘capacidade de acolher’ ocultando a centralidade da crise capitalista e da burguesia destes países que desejam que o Estado sirva muito mais aos seus desejos de recuperação econômica do que cuidar de imigrantes que buscam vida melhor em seus países. Se a imigração em massa ocorre, é porque o imperialismo lento e gradual já criou as condições análogas aos ‘campos de concentração’ nazistas para parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora nos países periféricos-dependentes.

Sejamos precisos. Não estamos dizendo que, em geral, as reformas não são boas ou que não tenham sentido no capitalismo. Pelo contrário, a classe trabalhadora, ao longo da história, alcançou progressos em sua condição de existência, mesmo que a aposta no Estado não exigisse, necessariamente, a superação da relação capital/trabalho assalariado. Apenas ultraesquerdistas cegos podem negar estas conquistas. No entanto, eles têm limites! Por exemplo, se numa situação de expansão econômica a classe trabalhadora iniciar aumentos salariais ao ponto de afetarem seriamente os lucros do capital, o capital pode parar a acumulação, recriando o desemprego, exercendo pressão descendente sobre o rendimento dos assalariados e, em termos, globais devastando a possibilidade de alternativas ao mercado. Os capitalistas podem aprofundar a automatização, expulsando os trabalhadores do trabalho e, mais uma vez, baixando os salários. São limites inerentes ao atual modo de produção (ASTARITA, 2022) e que nunca são tematizados nas análises sobre o ascenso da extrema-direita mundial.

No entanto, parece geral a ideia da existência de uma grave crise migratória, na qual relacionam a imigração com o aumento dos casos de terrorismo, especificamente no Reino Unido por meio do uso de uma retórica baseada no ‘medo do diferente’. A solução dos britânicos é deixar a UE para que o Reino Unido não tenha que receber mais imigrantes (ALONSO-MUÑOZ, CASERO-RIPOLLÉS, 2021). Os atores políticos apresentam um discurso muito beligerante para com a imigração especialmente os muçulmanos. Para eles, os imigrantes não fazem parte do “povo”, mas representam ‘outros’, um grupo que busca tirar-lhes os direitos de cidadania, a condição cidadã do povo real (*il popolo*). Estes outros se configuram como uma ameaça, contudo nada se tematiza sobre o quanto a Europa expropria diuturnamente dos países africanos por exemplo (RODNEY, 1975).

Para evitar entrar nesse assunto, o apelo ao populismo regressa com força no final do século XX. A princípio, o prefixo ‘neo-’ foi adicionado para reabilitar negativamente um termo antigo e utilizá-lo para explicar fenômenos e processos novos (que, para a acadêmicos dos países centrais, esse ‘populismo’ estava geralmente localizado na periferia). Com as transformações da chamada globalização neoliberal, o fenômeno “populista”, este perigo ou ameaça, instalou-se no centro do diagnóstico da modernidade política ocidental. Deixou de ser um fenômeno emergente nos países periféricos, nem uma característica do subdesenvolvimento, nem um risco de situações com “fracas raízes liberais”, mas passou a ocupar um lugar central nos diagnósticos e prognósticos da política democrática moderna dos países centrais (RABOTNIKOF, 2019), mais uma vez oportunizando desfazer o econômico no processo de explicação sobre ascenso do ódio social. As últimas eleições norte-americanas, a situação na Hungria, na Polónia e na Tchecoslováquia colocaram mais uma vez o ‘neopopulismo’ em cima da mesa.

Quando há alguma referência à dimensão econômica ela sempre é vista parcializada, ou como um problema de incapacidade de gestão da política econômica local. Em uma comparação sobre como os partidos de extrema-direita na França e na Inglaterra lidam com a questão migratória, Alonso-Muñoz e Casero-Ripollés (2021) dizem que tanto a FN quanto o UKIP apresentam como “homogêneo” a luta contra a uma “desastrosa” política de imigração que gera a falta de oportunidades de trabalho e a redução dos benefícios sociais sofridos por seus respectivos países. No entanto, nada fala sobre o papel da neocolonização francesa na África ou da luta pela hegemonia imperialista nas Ilhas Malvinas na Argentina (GILLY,

WOODS, BONNET, 2012). Seu objetivo é gerar uma representação negativa da imigração no imaginário coletivo de franceses e britânicos.

A ativação do eixo amigo/inimigo nesta retórica procura fomentar o confronto, aspecto que vem conduzindo à rejeição, mesmo violenta, dos migrantes. Tanto a FN quanto o UKIP e seus dirigentes vinculam clara e diretamente a imigração ao terrorismo, mostrando grande ceticismo sobre a gestão da crise migratória que está sendo feita pela UE. Ambas consideram que parte das pessoas que saem da Síria devido à guerra civil que o país vive são terroristas do Estado Islâmico, que se aproveitam de benefícios humanitários para atravessar as fronteiras europeias e cometer ataques terroristas. O UKIP chega mesmo a partilhar uma mensagem em que defende que dois dos terroristas que perpetraram os atentados de Paris em novembro de 2015 entraram na Europa através das ilhas gregas depois de terem sido registrados num campo de refugiados na Turquia.

A FN considera que está provado que mais imigração leva a mais atentados terroristas. Mais uma vez, com este tipo de mensagem, ambos os partidos pretendem gerar medo e insegurança nos cidadãos e apresentam-se como a única opção política capaz de proteger os cidadãos da imigração e das suas consequências, obscurecendo os problemas económicos relacionados à capacidade redistributiva dos diferentes tipos de Estado Sociais que apresentam. Dados de Alonso-Muñoz e Casero-Ripollés (2021) apontam nessa direção: de 688 mensagens analisadas a internet sobre o UKIP, 73,51% defendiam a saída da EU e apenas 7,45% creditava à crise vivida a problemas nas políticas económicas.

A questão da imigração em conjunto com a situação ruim das classes mais baixas sob anos de neoliberalismo reforça nosso argumento sobre a ‘fascistização das relações sociais’ baseada no ódio social e no ressentimento para com o ‘outro’ que é canalizada por estes partidos. Este fenómeno remomora a característica de classe típica dos fascismos: a adesão da classe média desiludida e uma classe trabalhadora pauperizada atingida pela crise (MORAES, 1988). No caso da relação UK-UE, Ruben Gonzalez-Vicente e Toby Carroll (2017) demonstraram que dentro do Brexit, quem votou pela permanência do UK na UE foram os mais instruídos e com mais dinheiro, residentes nas grandes cidades, especialmente Londres e os residentes na Escócia e Irlanda do Norte. Aqueles que votaram pela saída viviam em áreas regionais, não experimentaram o *boom* das políticas redistributivas e estavam desiludidos com a política em geral e/ou, na melhor das hipóteses, eram céticos em relação à UE. A campanha ‘Vote Leave’ (Vote Sair)⁹ e o UKIP venderam as ideias de que o Reino Unido seria capaz de controlar melhor suas fronteiras e usaram das ansiedades de grande parte da sociedade sobre a imigração (JAMES, 2019).

Com a crise imposta pelo capitalismo internacional e a incapacidade do que sobrou dos Estados Sociais na Europa ocidental, os serviços públicos caíram de qualidade, restringiram seus acessos e ganharam, sob o avanço neoliberal, o adjetivo de “ineficientes”. Os meios de comunicação comerciais que expressam a importância do Estado são tomados como de “esquerda”. Holt (2020) explica que não é apenas na Suécia que o serviço público e os principais meios de comunicação comerciais são tratados por muitos como canais de propaganda de esquerda (por mais que não sejam de fato, e defendam as instituições burguesas), esse pensamento ressoa em slogans como ‘Lügenpresse’ (Imprensa mentirosa) na Alemanha e ‘Fakenews’ nos EUA. No Reino Unido, o ex-líder do UKIP, Nigel Farage, costuma fazer isso com a BBC e outros canais convencionais. Na França, o conceito de “Réinformation” foi introduzido por meio de mídias alternativas,

⁹ É essencial ponderar que não há uma correspondência direta entre: quem vota ‘sim’ para o *Vote Leave* com o fato deste eleitor ser ‘de direita’ ou uma pessoa fascistizada. A esquerda socialista na Europa se fraturou durante essa discussão onde uma parte era a favor do ‘sim’ (sob o argumento de que UE é um ‘clube neoliberal’ responsável pelo avanço de um ‘imperialismo disfuncional’) e uma parte pelo ‘não’ (em defesa dos direitos dos imigrantes). Callinicos (2015) vai argumentar que a forma como o problema está posto (apenas votar ‘sim’ ou ‘não’) é uma maneira muito simplista de expor o problema, colocando-o dentro de uma lógica dilemática. Ele defende que ‘Outra Europa é possível’ sintetizando que a quebra das estruturas autocráticas e neoliberais da EU devem ser perseguidas e não a utopia de que elas possam ser reformadas. Em que pese esta importante observação de Callinicos (2015) sobre o tema, eu não compartilho com a análise do imperialismo de matriz leninista que o autor usa. Derivacionisticamente falando, o imperialismo não apenas é o conjunto dos organismos capitalistas multilaterais tomadas como aparelhos apenas, mas sim uma ‘forma’: ‘forma-império’ (ÁVALOS, 2021; TAVARES, 2023) – que é diferente de imperialismo – que ultrapassa essas instituições e faz do capital algo maior que as próprias instituições em si. A lógica relacional desta forma domina os seus próprios criadores tornado-se reféns dela mesma.

como Novopress, Boulevard Voltaire e Réinformation TV, como uma estratégia de “reinformar” aqueles que, segundo eles, foram “desinformados” pela grande mídia sobre o Estado, os serviços públicos e os direitos sociais em geral.

Surgimento do *United Kingdom Independence Party* (UKIP)

O processo de confluência das relações sociais de raiva, ódio e ressentimento que foram fomentadas entre as classes em uma situação de crise econômico-política encontrou na mediação ‘partido’ a possibilidade de apresentar-se de maneira convegente e institucionalizada. Assim se dá o início do UKIP. Em dados compilados por Sauvêtre (2020), o autor explica que a vontade de criação de um partido que repautasse o neoliberalismo thatcheriano de maneira mais radicalizada era um projeto antigo. Isto pôde ser confirmado com afirmações de membros do UKIP (Quinn Slobodian e Dieter Plehwe) que indicaram o papel fundamental do “Discurso de Bruges” de Margaret Thatcher na formação de um neoliberalismo antieuropeu. Na sequência deste discurso, formou-se o *think tank* (chamado de ‘*Groupe de Bruges*’), reunindo conservadores eurocéticos, incluindo Alan Sked e Nigel Farage, e do qual em breve emergiria o UKIP, levando o Reino Unido ao Brexit (SAUVÊTRE, 2020).

É assim que o UKIP emerge como uma expressão da extrema-direita britânica, de cariz separatista, entendendo que, pouco a pouco seu momento político na história estava para chegar. O neoconservadorismo britânico em seus últimos vinte anos vem cultivando o sentimento de ‘povo herdeiro da tradição euro-ocidental’. Portanto, neste sentido, é que o UKIP foi formado para se tornar um dos principais porta-estandarte do euroceticismo¹⁰ em toda a Europa. No entanto, ao longo de sua história, o UKIP lutou para obter apoio popular suficiente apenas para manter assentos parlamentares, limitando assim seu poder político real.

Sua fundação original em 1993 foi possível graças a um alinhamento de ex-eurocéticos conservadores feito pelo historiador thatcherista Alan Sked, como uma reação ao Tratado de Maastricht¹¹ em 1992, que implementou uma maior integração europeia. A sua principal motivação em criar o UKIP foi defender um capitalismo britânico altamente atlantista¹² e de ‘livre mercado’ contra a integração europeia. Alan Sked originalmente liderou a Liga Anti-Federalista, mas o fez apenas até que o partido não conseguiu obter poder político substancial no parlamento e, assim que foi possível, evoluiu para o UKIP. O partido, conseqüentemente, associou-se à retórica anti-representativa e anti-UE, como resultado da gestão global da crise migratória, da crise financeira, do envolvimento da Grã-Bretanha na guerra do Iraque e da gestão da UE na crise econômica da Grécia. Assim, o UKIP se transformou em um partido que congregou estas relações sociais difusas e amorfas de ódio e ressentimento que convencionou-se chamar de “extrema-direita” (ROLOFF, 2020) mas, se analisarmos em termos histórico-lógicos trata-se de uma nova versão de fascismo com características peculiares de um novo tipo de racismo (não mais eugênico, por certo) mas sim, difuso e de caráter anti-multiculturalista.

O UKIP ganhou força por sua bandeira anti-imigração e anti-UE, desafiando a hegemonia do Partido Conservador no campo da direita. Com o intuito de conter o avanço do UKIP, David Cameron, líder do Partido Conservador e Primeiro Ministro desde 2010, anunciou em janeiro de 2013 que, se reeleito, realizaria um referendo sobre a permanência na UE. O posicionamento do governo, no entanto, era favorável à permanência no bloco, de forma que o intuito do referendo era, de certa forma, legitimar a participação do Reino Unido na UE. Com o anúncio oficial do referendo em fevereiro de 2016, as campanhas iniciaram-se. A campanha oficial pela saída, intitulada *Vote Leave*, foi desenvolvida pela ala mais radical do Partido Conservador em conjunto com o UKIP. É do Partido Conservador que vem o principal rosto da campanha,

¹⁰ Euroceticismo é uma ideologia política assentada na desconfiança ou na descrença acerca da União Europeia (UE). A principal fonte do Euroceticismo tem sido a crença de que a integração europeia enfraquece questões como identidade nacional e soberania.

¹¹ O Tratado de Maastrich foi o Tratado da União Europeia (TUE), assinado em 1992 e entrou em vigor em 1º de novembro de 1993.

¹² Atlantismo é um termo usado para se referir à crença ou apoio a uma relação estreita entre a América Anglo-Saxônica e a Europa no que diz respeito a questões políticas, econômicas e de defesa.

o então prefeito de Londres, Boris Johnson. Em favor da saída, o UKIP articulou ainda uma campanha paralela, denominada *Leave EU* (MORAES, 2019).

Para a direita radical inglesa, que há anos tem a oposição à UE como sua principal pauta, o referendo consistiu em oportunidade de fazer-se ouvir. O UKIP investiu em uma campanha anti-imigração, anti-globalização e anti-*establishment*. Desde 2010, o Partido aponta a integração europeia como responsável pelos principais problemas do Reino Unido, segundo eles: a perda de prestígio pela tradição inglesa e a imigração em massa. Assim, o UKIP reúne mais fervoroso nacionalismo étnico característico deste novo tipo de fascismo disfarçado de “direita raivosa”, uma vez que o multiculturalismo é apresentado como uma ameaça à tradição nacional e ao ideal de uma sociedade homogênea.

Assim, seu nacionalismo étnico e seu posicionamento anti-*establishment* permitem enquadrar o UKIP como um partido que carrega o ódio neofascista de parcela significativa da população (MORAES, 2019). Vale ressaltar, ainda, outro importante componente no UKIP: uma liderança carismática. À frente do Partido entre 2010-2015 e porta voz do euroceticismo na Europa ocidental, Nigel Farage desempenhou um papel fundamental no crescimento do UKIP e na conquista do Brexit. Crines e Heppell (2017) analisaram os discursos de Farage nas conferências do partido desde 2010 até 2014. Os autores observam que Farage adota um estilo performativo de discurso, com uso de humor e raiva. O humor estaria geralmente associado à própria pessoa de Farage, que se apresenta como uma figura caricata. A raiva, por sua vez, é frequentemente direcionada à UE e os problemas que ela traz ao Reino Unido. Os autores apontam que, através destes mecanismos retóricos, Farage “oportunamente busca ganhos eleitorais provocando ansiedade coletiva – o que pode ser melhor descrito como *persuasão por medo*”. (MORAES, 2019, p. 23).

O UKIP define principalmente seu povo economicamente como uma ‘comunidade de trabalhadores’. Estes são vistos como possuidores de fortes valores morais e ética de trabalho. O UKIP acredita que a chave para criar uma economia dinâmica e bem-sucedida e uma sociedade justa reside no aproveitamento da engenhosidade, desenvoltura e apetite pelo trabalho árduo do povo britânico. O UKIP se compromete a reduzir a carga tributária para famílias de baixa e média renda para impulsionar a economia britânica. Além disso, a visão do UKIP sobre a comunidade produtora enfatiza o papel dos “pequenos empresários” como uma “espinha dorsal do país” e “sangue vital” da economia, prometendo cortar taxas de negócios para as menores empresas. O UKIP normalmente abraça as narrativas producionistas de declínio econômico. Conforme explicado por Nigel Farage: “os padrões de vida caíram e a vida tornou-se muito mais difícil para muitos em nosso país [...] O bem-estar daqueles que vivem e trabalham em nosso país é mais importante para mim do que os números do PIB”. Segundo o UKIP, o declínio econômico exige mudanças: “nosso país precisa de mudanças sociais, econômicas e democráticas radicais [...] Será necessário um partido político como o UKIP para enfrentar a tirania do *status quo*, se quisermos realmente puxar a Grã-Bretanha Juntos”.

No discurso do UKIP, a verdadeira comunidade de produtores se opõe às elites não produtivas no topo da sociedade, representadas tanto pelo *establishment* político personificado por Westminster quanto pelos poderes econômicos. O UKIP afirma reequilibrar o poder de grandes corporações e grandes instituições governamentais e colocá-lo de volta nas mãos do povo. As grandes corporações são vistas como beneficiárias indignas da riqueza nacional, já que para o partido é grosseiramente injusto que algumas corporações multinacionais tenham conseguido acessar todos os benefícios de mercado consumidor britânico sem fazer uma contribuição adequada para os custos da sociedade britânica. O “producionismo”¹³ do UKIP está embutido na globalização, no livre comércio e no atlantismo.

O partido busca criar uma Grã-Bretanha mais global, totalmente capaz de perseguir seus próprios interesses negociando seus próprios acordos de livre comércio e promovendo seus próprios interesses

¹³ Entende-se por ‘producionismo’ a defesa de um sistema de mercado, em que “o objetivo de lucro do empresário seja justificado pelo necessário meio de produzir bens e serviços eficazes e inovadores, que adicionem valor”. A retórica do partido UKIP segue a seguinte classificação: a) *produtores*: ‘trabalhadores britânicos comuns’, eleitores de baixa e média renda, pequenas empresas; b) *elites não-produtivas*: *establishment* político, Westminster, grandes corporações multinacionais; c) *grupos subordinados*: imigrantes, abusadores do bem-estar social, ‘estilo de vida benéfico’; d) *políticas econômicas*: agenda doméstica mista, livre comércio (IVALDI, MAZZOLENI, 2019).

comerciais, com ênfase particular nos laços com a ‘anglosfera’ e membros da OTAN e acordo rápido de livre comércio com o governo Trump. Na base da sociedade, a classe dos “não produtores” inclui elementos parasitários como os imigrantes e os que vivem da previdência social. As políticas anti-imigração e nativistas¹⁴ são fundamentais para o programa do UKIP. O UKIP vê o influxo sem precedentes de imigrantes como um “empurrão” nos serviços públicos ao ponto de sua ruptura, enquanto que a “imigração em massa descontrolada” é acusada de “diminuir os salários”, como se a diminuição do valor da força de trabalho não fosse uma contratendência capitalista desde sempre (MARX, 2017).

Em seu manifesto de 2015 o UKIP afirmava colocar o ‘nacional’ de volta no Serviço de Saúde (*National Health Service – NHS*) fazendo alusão o uso corrente do sistema pelos “não-nacionais” (imigrantes), incluindo uma série de políticas nativistas como limitar o acesso ao NHS, priorizar pessoas com fortes conexões locais ao fazer alocações de moradia e permitir que as empresas britânicas escolham primeiro empregar cidadãos britânicos. O manifesto de 2017 afirmava que os empregos britânicos deveriam ser oferecidos primeiro aos trabalhadores britânicos. O UKIP também estabelece uma distinção entre os pobres que merecem e os que não merecem. O partido afirma cuidar dos idosos e de outras pessoas vulneráveis na sociedade e estar totalmente empenhado em proteger os direitos das pessoas com deficiência, ao mesmo tempo que se opõe fortemente ao estilo de vida de benefícios e promete reprimir a fraude de benefícios e abuso. O UKIP mostra uma agenda econômica mista, apoiando pequenas empresas, baixa tributação e aumentando os gastos com serviços vitais, como o NHS e a educação, ao mesmo tempo em que afirma combater a sonegação de impostos por corporações multinacionais (IVALDI, MAZZOLENI, 2019).

Outra característica que pode ser apontada como uma evidencia fascitizante é o discurso antissistema (ou retóricas de centro – que negam o liberalismo e o socialismo ao mesmo tempo) (CARNUT, 2020), que aparece de maneira a serem reconhecidas como discurso “*anti-establishment*”. Roloff (2020) sumariza três características que fazem com que o UKIP seja considerado um partido *anti-establishment*: a) desafia o *status quo* em termos de questões políticas importantes e questões do sistema político; b) percebe-se como um adversário dos partidos que compõem o *establishment* político; c) afirma que existe uma divisão fundamental entre o *establishment* político e o povo. Isso implica, portanto, que todos os partidos do *establishment*, sejam eles no governo ou na oposição, são essencialmente os mesmos. Assim, enquanto o UKIP afirma ser um partido tanto libertário quanto democrático, em sua característica o partido admite ser um partido de ‘senso comum’ que defende os interesses das pessoas comuns – interesses que afirma serem subvertidos por um cartel político de elites culturais, econômicas e políticas indiferentes (ROLOFF, 2020).

Mas como o UKIP ganhou o referendo a favor do Brexit? Ora, a questão que se coloca a partir do desenvolvimento deste fenômeno é porque houve uma divisão tão acentuada no seio dos conservadores em relação à UE, que obrigou Cameron¹⁵, que era a favor da permanência, a desenhar esta estratégia como forma de resolver o problema. É como sempre ocorre no caso de um neoconservadorismo que vai se radicalizando até tomar corpo em momentos propícios em que suas pautas, uma vez fascitizadas, façam sentido no âmbito da discussão política institucional. Em outras palavras, coloca-se a democracia na berlinda para manter os interesses burgueses intocados (PACHUKANIS, 2019), mas agora, em uma versão mais sofisticada. Pelo menos uma das razões centrais são dadas pela lógica da representação de interesses.

Especificamente neste caso, os deputados que pressionaram os líderes partidários a realizar um referendo o fizeram porque os distritos que representavam exigiam a saída da UE com mais força do que os distritos representados por legisladores pró-partido. No Reino Unido, os assentos são alocados em círculos eleitorais ou distritos uninominais, de modo que os deputados eleitos às vezes se sentem pressionados a agir

¹⁴ Políticas nativista são aquelas baseadas no ‘nativismo’. Como próprio nome sugere, o nativismo é uma ideologia ou pensamento político e social que defende ou privilegia os nativos ou autóctones de um território e seus interesses, e, portanto, rejeita os imigrantes estrangeiros. Portanto, os nativistas costumam promover medidas para restringir a imigração.

¹⁵ Convocado pelo então Primeiro Ministro David Cameron, o referendo foi realizado em 23 de junho de 2016. Nesta consulta pública a população do Reino Unido deveria decidir se permaneceria ou deixaria a União Europeia (UE). O resultado de 51,89% de votos favoráveis à saída representa o sucesso das campanhas *Vote Leave* e *Leave EU*, elaboradas respectivamente pela ala mais radical do Partido Conservador e pelo UKIP. Desde o resultado, ambos parlamentos Inglês e Europeu têm questionado as práticas empregadas na campanha pela saída, mais especificamente, suas práticas no ambiente digital (MORAES, 2019).

como procuradores de seu eleitorado. Assim, com o objetivo de aumentar suas chances de reeleição e, ameaçados pelo crescente apoio obtido pelo UKIP, a lógica defendida é a de que esses legisladores se viram obrigados a atuar em seu papel de delegados, o que fizeram pressionando dentro de seu partido para que um referendo fosse realizado em nível nacional. De qualquer forma, mesmo que o voto para o UKIP nas eleições no Parlamento Europeu de 2014 estivesse altamente correlacionado com o voto para sair (0,73), é razoável supor que os legisladores estavam enfrentando a pressão para representar o desejo de seus representados de deixar a UE por algum tempo. De qualquer forma, o importante a destacar aqui é que, por meio de uma conexão discursiva entre a UE e os problemas dos britânicos, foi possível construir com sucesso um “interesse” no Brexit entre os eleitores desfavorecidos por sua situação econômica e de suas regiões (POSE, 2019).

Nigel Farage e Steve Bannon são figuras próximas pelo menos desde 2012. Bannon abriu um braço de seu website *Breitbart* em Londres em 2014 para apoiar o UKIP – a nova frente ‘em nossa atual guerra política e cultural’, conforme relatado ao New York Times por ele. A Inglaterra sempre foi chave no plano de Bannon. Era parte crucial de sua estratégia para mudar a ordem mundial. Ele acredita que para mudar a política, você precisa primeiro mudar a cultura. E a Inglaterra era chave para isso. Ele pensava que onde a Inglaterra guiasse, a América seguiria. Essa ideia do Brexit era muito simbólica para ele (MORAES, 2019). Em outra ocasião, na festa de inauguração do governo Trump, Nigel Farage¹⁶, líder do UKIP, proferiu o seguinte discurso “Eu gostaria de pensar que o que fizemos com o Brexit foi o início do que viria a se tornar uma revolução global, e a vitória de Trump é parte disso” (MORAES, 2019, p. 9). Observa-se, portanto, uma evidente organização dos partidos radicais de direita, que vem conquistando vitórias eleitorais e programáticas no ocidente, especialmente a partir de 2016.

Não à toa, há a convergência nos discursos UKIP e outros partidos que carregam o ódio e ressentimentos de uma Europa frustrada e para além dela. São eles: o FN¹⁷ (Francês), o SVP¹⁸ (Sueco) e o Tea Party¹⁹ (Estadunidense). Primeiro, a definição da classe de produtores tem um foco discursivo mais forte na aliança entre pequenas empresas e uma coalizão mais ampla das classes média-baixa e trabalhadora, no caso da FN, UKIP e Trump, se referem principalmente à classe média, empresários de classe e individuais no caso do *Tea Party* e do SVP. Em segundo lugar, há variação na definição dos grupos subordinados que o producionismo normalmente opõe à comunidade de produtores. Partindo da ideologia producionista tradicional, os nativos desempregados e os pobres não parecem ser explicitamente incluídos na classe de elementos “parasitários” no caso da FN, UKIP e Trump, que enfatizam fortemente a ameaça dos imigrantes. Em contraste, a estigmatização dos pobres indignos e dos desempregados é mais pronunciada no SVP e no *Tea Party*. Por fim, variações na construção do que consideram por ‘elite’ por parte destes partidos é identificável. Enquanto todos os partidos compartilham uma desconfiança semelhante com o *establishment* político e com os burocratas, FN, UKIP e Trump – pelo menos retoricamente no caso de Trump – abraçam a clássica crítica producionista das elites econômicas, grandes corporações e poderes financeiros. Na FN, com Trump e, ainda que menos marcadamente, com o *Tea Party*, a crítica aos poderes econômicos está

¹⁶ A figura de Nigel Farage e sua habilidade de parecer-se com o homem comum foi essencial para o crescimento do UKIP a partir de 2010. O fato de fumar, beber e frequentar *pubs*, por exemplo, diferencia-o dos políticos convencionais, que dificilmente adotariam tais práticas abertamente (MORAES, 2019).

¹⁷ Rassemblement national, RN, conhecido até 2018 como Frente Nacional (FN) (em francês: *Front National*) é um partido político francês considerado pelos especialistas como de extrema-direita, embora se declare de direita moderada.

¹⁸ A União Democrática do Centro ou Partido Popular Suíço (em francês, *Union Démocratique du Centre*, UDC; ou em alemão, *Schweizerische Volkspartei*, SVP, cuja tradução literal é ‘partido popular suíço’) é um partido político da Suíça, ideologicamente conservador e economicamente liberal. O SVP é frequentemente descrito pelos seus oponentes e por alguns jornalistas como xenófobo. O SVP também é descrito como um partido de extrema-direita, essencialmente na parte romana da Suíça e no estrangeiro por partidos de esquerda e uma pequena parte da imprensa, sindicatos, associações antirracistas.

¹⁹ O Movimento *Tea Party* é um movimento político americano de direita focado numa política fiscalmente conservadora, e definido pelo ‘originalismo’, ou seja, pelo retorno às origens filosófico-constitucionais dos Estados Unidos.

também enraizada em narrativas conspiracionistas²⁰, demonizando a ideologia e o projeto “globalista”²¹ (IVALDI, MAZZOLENI, 2019).

A desconfiança para com um *establisment* político vem junto a uma explicação populista clássica. De que cabe ao “povo” ditar as regras do jogo político e, portanto, que, a massificação do ódio é contra os políticos estabelecidos e não contra os processos expropriadores vivenciados no mundo trabalho e na imprevidência dos desgastados Estados Sociais. Isto tudo justifica a necessidade do líder que guiará as massas descontentes, mas isto receberá o nome de um “estilo populista de governar” (VIGUERA, 1993). Segundo o autor, do fato de serem os grupos dominantes débeis politicamente, de modo que, necessário era o estabelecimento de um pacto de classes, de uma aliança estabelecida entre as diferentes classes sociais com vistas à hegemonia das classes dominantes, o “populismo” nada mais é do que uma aliança policlassista que privaria as massas de autonomia, e que somente nessa condição passariam a ser fonte de legitimidade para o estado.

Em suma, esta emergência de partidos aparece muito mais como tentativa de convergir os medos e o ódio latente nas relações sociais do que qualquer outra coisa. O acúmulo e condensação do ódio social encontrou em uma forma política institucional (partido) uma maneira para poder reproduzi-lo sistematicamente e com largo alcance. Se notarmos as semelhanças dos períodos de criação destes partidos e suas justificativas de existência isso fica muito claro. Na França, o Partido Rassemblement National, ex-Front National, fundado em 1972, por Jean Marie Le Pen e hoje dirigido por sua filha Marine Le Pen atingiu 23,3% dos votos para as últimas eleições (2019) ao Parlamento Europeu. Nas eleições francesas de 2017, atingiu quase 3 milhões de votos em primeiro turno. Seu programa inclui medidas protecionistas em favor dos franceses nos programas sociais, combate à imigração e euroceticismo. No Reino Unido, o UKIP obteve nas eleições parlamentares de 2015, 3,8 milhões de votos, sendo o terceiro partido mais votado. Na Alemanha, o partido *Alternative für Deutschland* (AfD), criado em 2013, já em 2017 conquistou 12,6% dos votos nas eleições federais, tendo eleito 94 deputados. Seu programa é baseado no nacionalismo germânico, condena a união entre pessoas do mesmo sexo e o feminismo, advogando um retorno aos ‘antigos’ papéis de gênero. Na Áustria, o Partido da Liberdade (FÖP) amealhou 16,2% dos votos nas últimas eleições legislativas (2019). O desempenho desses partidos mostra que o neoconservadorismo sempre foi uma força política dos seus sistemas políticos (MONTEIRO, 2020), o ovo da serpente prestes a se fascitizar.

A compreensão do fenômeno pela chave do ‘populismo’ e da ‘nova direita’

As análises da ação destes partidos que congregam a extrema-direita²² e que tomam a imigração como questão central e, em especial, os muçulmanos como bodes expiatórios (semelhante ao fascismo clássico a *russofobia* era o que hoje podemos chamar de “islamofobia”) (BEINSTEIN, 2018), tendem a usar a categoria “populismo” (e, algumas vezes, junto com a categoria “nacionalismo”) para explicar o fenômeno. Alonso-Muñoz e Casero-Ripollés (2021), chamam o ascenso da extrema-direita de “populismo nacional”. Os autores utilizam o Índice de Populismo Autoritário²³ para justificar o uso do termo, baseando-se na expressão do

²⁰ Narrativas conspiracionistas são enunciados retóricos que são elaborados cujo conteúdo versam em não admitirem que os achados das pesquisas foram encontrados em função dos estudos dos cientistas de forma controlada, ética e, principalmente, independente, mas sim porque fazem parte de uma conspiração complexa e secreta (DIETHELM, McKEE, 2009).

²¹ Globalismo é uma visão economicista do processo de globalização; é uma abordagem reducionista e tendenciosa do liberalismo econômico que exerce o seu ‘feitiço de despolitização’ quando se revela ser o motivo e o propósito das políticas econômicas. O “globalismo” é um termo astuto que confunde capitalistas (partidários da “globalização” capitalista) com socialistas e comunistas (partidários de uma revolta “global” – internacionalista – da classe trabalhadora contra a globalização capitalista). Ataques a “globalistas” (bem como a “cosmopolitas” ou, para usar um termo anterior, “internacionalistas”) são frequentemente usados para tornar o antissemitismo mais palatável para um público mais amplo. O antissemitismo há muito se apoia em uma equiparação de judeus a capitalistas e comunistas; um elemento frequente da crença antissemita tem sido a representação do judeu como ‘banqueiro e bolchevique’ (BRAUNE, 2019).

²² Aqui me refiro ao caso do partido político francês FN e do inglês UKIP.

²³ Índice de Populismo Autoritário (*Authoritarian Populism Index*) é um estudo abrangente à escala europeia que visa esclarecer se o “populismo” representa uma ameaça a longo prazo. O Índice explora a ascensão do “populismo autoritário” na Europa, analisando dados eleitorais de 1980 a 2019. Os países são incluídos assim que são classificados como sociedade “livre” pela

crescimento lento, mas constante na sociedade europeia até chegar a 14% do voto popular no velho continente. Para os autores, especificamente no caso do UKIP, a compreensão popular é que o Reino Unido vive uma crise política sem precedentes (82,66%) marcada pelo Brexit e pelo desejo dos cidadãos ingleses em que o UK deixe a Europa. Nesse contexto, o UKIP dá voz a todos aqueles britânicos que não querem seguir as regras da UE e querem que seu país prospere. Eles argumentam que a solução é promover o “patriotismo” em todas as áreas, do econômico ao social, discurso semelhante ao usado pelo FN na França.

Alguns autores como Campos (2019) apostam na definição tacanha de populismo com uma “mobilização do povo”, portanto, “popular” para classificar o que está acontecendo com o avanço da extrema-direita europeia, e, claro depositando o problema na questão do discurso apenas. Contudo, Dussel (2007) insiste que se deve distinguir claramente os conceitos de “populismo”, “popular” e “povo”, categorias que devem ser construídas de forma mais completa reiterando que não há correspondência imediata uma com as outras o que, mais uma vez, essa relação direta conforme Campos (2019) aponta este grau de confusão. Mesmo assim, para Campos (2019) a tese imediatista ‘populismo-povo’ é quem guia a análise, assim, exemplifica que no caso da França ou no Reino Unido, os partidos “populistas de direita” têm uma representação escassa no parlamento (caso da FN em França, com apenas 8 deputados na Assembleia Nacional) ou inexistente (caso do UKIP britânico), mas a sua existência não deixa de ser da maior importância pela relevância da sua participação em campanhas de mobilização popular (caso do UKIP com o Brexit) ou em eleições para a presidência da República (caso de Marine Le Pen na França). A França e o Reino Unido são de fato poderosos emissores e amplificadores do discurso “populista de direita” (CAMPOS, 2019).

Ainda para outros autores como Biancalana, Heinisch e Mazzolen (2021) a conjuntura do COVID-19 amplificou a ação “populista” em termos de restrições/bloqueios, autoritarismo de especialistas, defesa da liderança/estabilidade econômica. Assim para esses autores, a primeira onda de estudos abordando esse tema do ponto de vista da oferta mostrou que a resposta dos “populistas” à pandemia, dentro e fora da Europa, difere fortemente em termos de enquadramento e impacto. Durante bloqueios e restrições, surgiram duas tendências predominantes. Em países como Holanda e Suécia, “partidos populistas” pediram que medidas mais restritivas fossem tomadas; em outros, como a Alemanha, os “populistas de direita” denunciaram o que chamaram de tomada de decisão autoritária por parte de um *establishment* chefiado por especialistas. Também surgiram diferenças em relação ao momento do bloqueio, ao uso de máscaras e vacinas. Posições ambivalentes também ocorreram como a de Matteo Salvini, líder da Liga Italiana (Lega), (umas vezes ele favoreceu mais restrições e outras não). Posições contra as decisões estatais vieram da Alternative for Germany (*Alternative für Deutschland*, AfD) e Nigel Farage do UKIP que criticaram os bloqueios e medidas semelhantes por irem contra a liberdade dos cidadãos e a estabilidade econômica.

Alguns textos já buscaram compreender a relação de tensão entre o “populismo” atual e a mudança climática. Um dos precursores é o artigo de Matthew Lockwood, “*Rightwing populism and the climate change agenda: exploring the linkages*” (2018). Ao fazer um balanço da literatura científica sobre a política climática de partidos populistas de direita na Europa e em países anglófonos (EUA, Inglaterra e Austrália), Lockwood constatou que há omissão ou rejeição às políticas climáticas em diferentes graus. Alguns dos países citados foram a Alemanha (AfD), França (FN), Itália (Liga Norte), Polônia (Lei e Ordem), Áustria (Partido da Liberdade), Hungria (Fidesz e Jobbik), Finlândia (Partido dos Finlandeses), Dinamarca (Partido do Povo), Austrália (One Nation), Inglaterra (UKIP) e Estados Unidos (Partido Republicano, principalmente com Trump), sendo estes três últimos, os casos mais sérios, pois negam a ação humana como principal causa das mudanças climáticas. Apenas o Partido “Populista de Direita” da Grécia (LAOS) tinha, explicitamente no seu programa, a aceitação de que a mudança climática antrópica se tratava de um problema a ser enfrentado. Embora possa haver divergências em relação ao conceito de populismo e se esses partidos se

encaixam na definição, este levantamento de Lockwood demonstra que se trata de uma correlação no mínimo sugestiva (BEHR, 2022).

Isto tudo tem sido soldado como se fosse um problema do discurso de uma “nova direita” (para evitar nomeá-la de ‘neofascista’) que apareceu com explicações bastante simplistas sobre o assunto. Esta ‘nova’ direita, que, nem sequer tem uma definição clara sobre o significa, vem sendo considerada como uma direita radicalizada, “alt-right”, “extrema-direita” ou ainda “direita radical”. Na análise de Antón-Mellón e Hernández-Carr (2016), os mesmos usam o termo “extrema-direita” para se referirem aos partidos. Eles apontam à reorganização e surgimento da nova direita na década de 1980 na Europa. Para eles, o retorno da extrema-direita à cena política pode ser observado nos casos da Grécia (Aurora Dourada), Alemanha (NPD), Reino Unido (UKIP) ou Hungria (Jobbik). Para Souza (2022), os “partidos de extrema-direita” não possuem origens fascistas, mas compartilham do seu racismo, xenofobia, retórica anti-imigrante e islamofóbica com este grupo²⁴. Neste grupo, os exemplos são numerosos, como a Lega Nord na Itália, o suíço UDC (União Democrática do Centro), o britânico UKIP, o holandês Partido da Liberdade, o norueguês Partido Progressista, o Partido dos Verdadeiros Finlandeses (True Finns) e o Partido do Povo Dinamarquês. Tendo ainda casos moderados nessa terceira caracterização, tal como os Democratas Suecos, com origens claramente fascistas (e neonazistas), mas que têm feito grandes esforços, desde os anos 1990, para apresentar uma imagem mais “moderada” (NARCIZO, 2021).

Para outros autores como Urban e Coll (2019), a nomenclatura de “nova direita radical” é a mais apropriada. Para eles quarenta anos de ofensiva neoliberal, destinada a sufocar a agitação trabalhista dos anos 1970 e recuperar as margens de lucro perdidas pelo capital, geraram uma crise de hegemonia nas principais democracias capitalistas do mundo que está alimentando o ressurgimento de movimentos de direita muito radicais. Empresários de sucesso correndo para substituir velhos aparatos partidários desacreditados (de Macron a Trump), cisões xenófobas da direita tradicional (como o UKIP), perigo de serem esmagados por partidos ‘pós-fascistas’ (Comício Nacional, Lega de Salvini e/ou FPO austríaco), ascensão de movimentos islamofóbicos (Wilders), neoliberais autoritários nostálgicos de ditaduras anticomunistas (Bolsonaro, Vox), governos radicalizados de direita como Orban na Hungria ou PiS na Polônia, movimentos abertamente neofascistas que se gabam de suas ações violentas (Hobbik, Golden Dawn, etc.) podem ser “encaixados” no que eles chamam de: verdadeira explosão planetária da “nova direita radical” (URBAN, COLL, 2019). Para Gauna (2019), esses exemplos muito significativos não esgotam o cenário: Holanda, Áustria, Alemanha, Polônia, Hungria, Rússia, Suíça, Austrália, Bélgica, Grécia, todos experimentaram um ressurgimento de uma “direita populista radical” – em contraste com a ‘direita tradicional’ (GAUNA, 2019). Uma síntese da classificação de cada autor pode ser vista no quadro 1.

²⁴ Este é um problema que expõe as escolhas ontológicas, epistemológicas, teóricas e metodológicas de quem assume o fenômeno contemporâneo do avanço da radicalidade política à direita como um neofascismo ou como outro termo qualquer. Considero, derivacionisticamente (método), que a condensação do ódio social nos partidos é uma possibilidade de coesão social deste ódio disperso socialmente (ontologia) e que pode ser mediatizado pelos partidos para, se historicamente for possível, instituir-se no aparelho do Estado (teoria marxista do Estado). Claro que, não alterando sua ‘forma’ (forma-Estado), mas reforçando seu conteúdo político-jurídico como um “freio” estabilizador do capital, expondo a fragilidade da modelagem dos diversos sistemas político-eleitorais e sua incapacidade de domar o conflito capital-trabalho apenas pela dominação consensuada da democracia procedimental depositando-lhe a razão de ser da crise (crise política, ou “crise da democracia”). Isto vai contra às análises conforme feitas por Souza (2022) que considera a tese da “continuidade/descontinuidade” do projeto fascista original para dizer se um partido é neofascista ou não. Um partido poder ser neofascista por reatualizar as práticas e discursos fascistas sem mesmo ter tido um passado fascista. Isto não lhe retira a possibilidade histórica de sê-lo. Pensar apenas na tese da “continuidade” como único critério de assunção do caráter fascista de novo tipo (que, de certo, é correto), é insuficiente para pensar o desenvolvimento capitalista em sua totalidade orgânica entre o ‘político’ e o ‘econômico’. Assim, o neofascismo é uma pluralidade múltipla que não necessariamente se relaciona com seu passado fascista em termos de continuidade histórica, mas que, sim, pode ser um fenômeno original em certos países e com muito mais amplitudes que extrapolam a compreensão continuísta. Pensar apenas na tese continuísta é retornar a uma visão escatológica da história.

Quadro 1. Autores, ano, categorias utilizadas, definição e exemplos de partidos/países em que se compreende a situação de emergências do ódio social como “populismo(s)” e “novas direitas”.

Autor(es), Ano	Categoria	Definição	Partidos/Países
Alonso-Muñoz, Casero-Ripollés, 2021	“populismo nacional”	incentivar o nacionalismo e promover o “patriotismo”	UKIP (Reino Unido), Frente Nacional (França)
Biancalana, Heinisch, Mazzolen, 2021	“populistas de direita”	Sem definição	Alternative für Deutschland (Alemanha), Matteo Salvini, Lega (Itália), Viktor Orbán (Hungria), Nigel Farage, UKIP (Reino Unido)
Campos, 2019	“populismo”	“mobilização do povo”, portanto, “popular” / partidos “populistas” de direita	UKIP (Reino Unido), Frente Nacional (França)
Urban e Coll, 2019	“nova direita radical”	crise de hegemonia nas principais democracias capitalistas do mundo que está alimentando o ressurgimento de movimentos de direita muito radicais	<i>Velhos aparatos partidários desacreditados:</i> Macron, Trump. <i>Xenófobos da direita tradicional:</i> UKIP <i>Pós-fascistas:</i> Comício Nacional, Lega de Salvini e/ou FPO austríaco <i>Neoliberais autoritários nostálgicos de ditaduras anticomunistas:</i> Bolsonaro, Vox <i>Governos radicalizados de direita:</i> Orban na Hungria, PiS na Polónia <i>Movimentos abertamente neofascistas:</i> Hobbik, Golden Dawn <i>Movimentos islamofóbicos:</i> Wilders
Gauna, 2019	“direita populista radical”	Sem definição	Holanda, Áustria, Alemanha, Polónia, Hungria, Rússia, Suíça, Austrália, Bélgica, Grécia
Lockwood, 2018	“populistas” de direita”	Sem definição	Alemanha (Alternative für Deutschland – AFD), França (Frente Nacional), Itália (Liga Norte), Polónia (Lei e Ordem), Áustria (Partido da Liberdade), Hungria (Fidesz e Jobbik), Finlândia (Partido dos Finlandeses), Dinamarca (Partido do Povo), Austrália (One Nation), Inglaterra (UKIP) e Estados Unidos (Partido Republicano, principalmente com Trump), Partido “Populista de Direita” da Grécia (LAOS)
Antón-Mellón e Hernández-Carr, 2016	partidos de “extrema-direita”	não possuem origens fascistas, mas compartilham do seu racismo, xenofobia, retórica anti-imigrante e islamofóbica com este grupo	<i>Partidos de “extrema-direita”:</i> Lega Nord na Itália, o suíço UDC (União Democrática do Centro), o britânico UKIP, o holandês Partido da Liberdade, o norueguês Partido Progressista, o Partido dos Verdadeiros Finlandeses (True Finns) e o Partido do Povo Dinamarquês <i>Partidos neofascistas/neonazistas:</i> Democratas Suecos, com origens claramente fascistas (e neonazistas)

Fonte: elaboração do autor.

Problemas da categoria “populismo”

A categoria populismo é um problema ontoepistemológico e teórico-metodológico em si mesmo. Citando literalmente Chamosa (2013, p. 2): “...se alguém escrevesse uma petição para abolir o uso do termo ‘populismo’, eu seria o primeiro a assinar”. O conceito de populismo surgiu para definir uma prática política decorrente da manipulação das massas pelas elites que dominam o Estado, por intermédio de um líder carismático, cujo objetivo último seria retirar do povo sua autonomia e visão dos seus próprios interesses. O populismo era explicado como uma prática política típica de um país socialmente atrasado, com instituições modernas ainda imberbes e franzinas, dada a pouco definida estrutura de classes sociais (ASSUNÇÃO; SARTÓRIO, 2008). A invenção do populismo é a celebração de um conceito “paranóico” (PALANO, 2019) pensado como uma “etapa” do desenvolvimento da democracia burguesa (KAYSEL, 2012) em uma visão linear da história, tomando com fim último os padrões institucionais europeus. Nesta comparação, portanto, a América Latina seria uma região cuja noção de “povo amorfo” seria melhor aplicada, elaboração *sui generis* dos teóricos da escola de sociologia da Universidade de São Paulo (USP) dos anos 1970-80 (GENTILE, 2020)²⁵.

Se a noção de populismo é atravessada por significados tão diferentes que se opõem, dificilmente se poderá dizer que existe um consenso sobre o seu significado e isso depende, em grande medida, das *teses*

²⁵ Remete-se a origem da elaboração teórica da categoria na AL a Gino Germani, José Graciarena e Torquato di Tella. A produção desses autores, marcadamente psicossocial, assenta-se sobretudo na dicotomia sociedade tradicional/sociedade moderna, composta sempre por elementos contrários: “mas cuja racionalidade é dada pela estrutura do modelo de sociedade moderna [...] Sua especificidade se daria pela imperfeição, pela negatividade, pela incompletude [...] mediante a comparação com a realidade europeia...” (CASTILHO, 2014, p. 6).

ideológicas assumidas pelos envolvidos na sua definição. Como vimos, o populismo revela-se, por si só, polissêmico e, em muitas ocasiões, é assumido de dentro e contra, a partir de perspectivas assimétricas. Dada a problemática interna da ideia de populismo e depois de ter em conta os problemas semânticos e a trajetória histórica, uma forma de resolver provisoriamente o problema da sua descrição passa por desenvolver um perfil mínimo que compile uma série de características definidoras, nem tanto como condições necessárias, mas como uma lista funcional com um objetivo puramente rapsódico (BERROCAL, 2021) (Quadro 2).

Quadro 2. Mínimo de conteúdo da categoria ‘populismo’ (BERROCAL, 2021)

- 1) A sombra da democracia;
- 2) Antipolítica;
- 3) Polarização;
- 4) A postulação de um sujeito coletivo moralmente virtuoso versus outro de natureza corrupta;
- 5) O populismo surge em situações de crise (real ou percebida) do sistema político atual;
- 6) O papel central do líder;
- 7) O desaparecimento das formas tradicionais de mediação política;
- 8) O discurso do populismo é marcadamente ambíguo e por vezes alimentado por teorias da conspiração;
- 9) A intensa moralização da vida pública e da cultura política.

Fonte: elaboração do autor.

Ao recorrermos à história para examinar sua gênese ontológica (sua razão de *ser*), a primeira vez que a categoria “populismo” é citada foi para nomear uma ideologia pequeno-burguesa e idealista que apareceu na Rússia durante os anos 1860 e 1870. Lênin deu a seguinte definição de populismo: “Ele representa os interesses dos produtores do ponto de vista do pequeno produtor, do pequeno burguês” (LÊNIN, 1961). Outra definição similar é que o populismo é um sistema de concepções da democracia camponesa pequeno-burguesa na Rússia. Uma característica específica do populismo como ideologia é o entrelaçamento da ‘democracia agrária’ com o ‘socialismo camponês utópico’ e a esperança de “contornar” o capitalismo (DF, 2024) daí se origina a ideia atualmente distorcida de que quaisquer movimentos por melhorias no campo (que significaria o ‘atraso’ capitalista) atendidas por um líder que adota medidas redistributivas se assemelha a “tipos de populismo”.

A ideologia populista tem suas origens nas condições materiais de vida da sociedade, na preponderância numérica da classe dos pequenos produtores na Rússia capitalista pós-reforma. É necessário distinguir entre os velhos populistas e aqueles que os seguiram mais tarde, os ‘populistas liberais’. Os primeiros populistas viveram e atuaram nas décadas de 1860 e 1870, quando a diferenciação entre o campesinato não era tão marcante. Acreditando na possibilidade de uma revolução social camponesa, os populistas dos anos 1870, a jovem intelectualidade não oriunda da nobreza, vestida com roupas camponesas, foi à aldeia, para o ‘povo’ para erguer-se e lutar contra o czarismo (daí seu nome: populistas, em referência a palavra ‘povo’) (DF, 2024).

Os populistas consideravam o campesinato como a principal força revolucionária (FINESCHI, 2020). Ao negar a necessidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, os populistas deduziam que o crescimento da classe trabalhadora era impossível e não reconheciam seu papel decisivo na luta revolucionária. O atraso econômico da Rússia serviu de base social para o surgimento de teorias utópicas sobre o futuro regime socialista, segundo as quais ele poderia ser estabelecido apenas com base no movimento camponês da comuna rural russa, sem movimento operário, sem ditadura do proletariado. Ainda, os populistas afirmavam que a história é feita pelos “chefes”, pelas grandes personalidades, pelos “heróis” que são seguidos cegamente pelas massas, pela “multidão”, pelo povo²⁶ (DF, 2024).

Os contatos com o ‘povo’ corrigiram as ideias dos populistas sobre os ‘instintos comunistas’ dos camponeses organizados em comunas rurais. Os camponeses não seguiram os populistas. Divergências foram reveladas dentro dos populistas, em questões táticas na luta contra o governo czarista. Essas

²⁶ “¿Clase o pueblo?: una crítica científica desde el marxismo” de Salgado (2017) é uma obra de crítica historiográfica à categoria “populismo” de alta densidade e peso.

divergências se manifestaram de maneira particularmente aguda no congresso de “Zemlia i Volia” (Terra e liberdade) realizado no final de junho de 1879, em Voronezh. Alguns meses depois, “Zemlia i Volia” se dividiu em duas organizações: “Narodnaia Volia” (vontade do *povo*) e “Chorni perediel” (elenco negro). “Chorni perediel” estava sob a direção de Plekhanov, Axelrod, Deutsch, etc. Os partidários do “Narodnaya Volya” (Gelabov, Figner, Mikhailov e outros) defenderam e aplicaram a tática do terror individual. Por mais heróica que tenha sido sua luta revolucionária contra o czarismo, sua tática ainda era profundamente falha (DF, 2024).

As características específicas do populismo como uma variedade de ideologia democrática são: 1) quimeras socialistas, esperanças de evitar o caminho do capitalismo, acreditando que ele poderia ser evitado; 2) defender uma mudança radical nas relações agrárias. O populismo tem significado internacional. É típico dos países que entraram no caminho da *revolução democrática burguesa relativamente tarde*, quando o capitalismo na Europa Ocidental e na América do Norte já havia revelado suas contradições inerentes e engendrado o movimento socialista do proletariado.

Do ponto de vista epistemológico, os populistas viam os fenômenos sociais através do prisma de um ideal abstrato. Aplicando o método subjetivo na sociologia, os ideólogos populistas tentaram mostrar que o progresso não-capitalista era possível. Embora formalmente os populistas não negassem a importância das massas na história, eles faziam seu movimento (e, correspondentemente, a direção do progresso histórico) depender da atividade de uma *minoria intelectual*. A tese básica da teoria econômica do populismo reside na tendência de demonstrar que a pequena economia camponesa (“produção popular”) se opõe ao capitalismo. Os populistas contrastavam “socialismo” com “política”, consideravam que a luta pelas liberdades políticas só era lucrativa para a burguesia (narrativa que *parece reproduzir-se no “produccionismo”*). Negava-se qualquer caráter progressista do capitalismo. Na filosofia, os teóricos populistas da escola subjetiva defendiam o agnosticismo, repetiam os argumentos dos positivistas e dos neokantianos. Em meados dos anos oitenta, a corrente liberal e reformista domina o populismo.

O populismo é uma categoria antimarxista²⁷ em sua natureza mesma²⁸. Partindo-se da ideia de uma grande “artimanha” das elites para ludibriar as massas/povo e manter-se no poder, a teoria do populismo, não obstante o vínculo reivindicado com os interesses do proletariado, capitula diante do ardil do politicismo diferentes realidades nacionais (ASSUNÇÃO; SARTÓRIO, 2008).

Nos seus primórdios no Brasil²⁹, a teoria do populismo – cujos principais teóricos brasileiros foram Francisco Weffort, Octavio Ianni, Francisco de Oliveira, Décio Saes e José Álvaro Moisés – objetivava compreender os processos históricos ocorridos entre 1930 e 1964. Como afirmam Assunção e Sartório (2008, p. 141):

a teoria se apresentava como resgate da perspectiva proletária radical, cujo caráter classista estaria diluído pela política de massas da burguesia industrial ascendente. Para isso, os teóricos se valiam ‘de um punhado de noções marxistas tomadas em sua pura expressão abstrata, que a influência weberiana tornou definitivamente genéricas na sua eclética e incriteriosa conversão a tipos ideais’... (ASSUNÇÃO, SARTÓRIO, 2008, p 141).

²⁷ Para Berrocal (2019a), a teoria do populismo é um antimarxismo. Na ontologia social do populismo não existe um discurso sobre as condições de classe, sobre a conjuntura econômica ou sobre o desenvolvimento das contradições no capitalismo, ou não existe, ao menos considerando estes elementos em sua eficácia material a margem sobre qualquer emissão linguística sobre eles mesmos (BERROCAL, 2019a).

²⁸ O populismo é fundamentalmente hostil ao marxismo. Idealistas na filosofia, os populistas uniam os elementos mais heterogêneos: positivismo, anarquismo, neokantismo, etc. Eram adeptos do que se chamava método subjetivo em sociologia, ignoraram as condições da vida material em sociedade, negaram as leis objetivas do desenvolvimento social, opuseram o ‘indivíduo com espírito crítico’ ao povo, representaram as massas populares como uma força ‘inerte’ da história, incapaz de agir por si mesma, etc. Eles não entendiam o papel histórico do proletariado, viam nele um ‘infortúnio histórico’. Ora, o proletariado é precisamente a única classe capaz de abolir o capitalismo e criar a sociedade socialista. A comunidade camponesa que os populistas idealizaram, vendo nela o ‘embrião do socialismo’, não era, na realidade, mais do que uma forma conveniente de cobrir a dominação dos kulaks e um meio à disposição do czarismo para obrigar os camponeses a pagar impostos, o princípio da garantia solidária.

²⁹ Segundo Boito Jr. (2018), o conceito de populismo (de cariz weberiano, significando uma ‘liderança carismática’) tem sua origem no Brasil remetida ao Grupo Itatiaia, precursor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O nascimento dessa versão do conceito pode ser localizado no artigo, atribuído a Hélio Jaguaribe publicado em 1953 no ‘Cadernos do Nosso Tempo’, intitulado “*O que é o adhemarismo*”.

Os formuladores desta teoria vincularam a análise da realidade brasileira aos *fenômenos europeus*, procurando, assim, definir tipos de atuação política. Ao tentarem compreender os governos da América Latina³⁰, realizaram a mesma comparação ao modelo da liberal-democracia: segundo tais intelectuais, o Brasil não desenvolveu uma democracia liberal nem implantou governos totalitários nos moldes europeus, ensejando outro fenômeno, o populismo (ASSUNÇÃO, SARTÓRIO, 2008).

Nesta teoria, o líder populista seria dotado de engenhosidade e articularia uma grande artimanha para engabelar as massas e mantê-las passivas mesmo diante de uma situação de ausência de hegemonia burguesa. Dominação torna-se mera questão de manipulação, conseguida por meio da atribuição de uma falsa consciência (ASSUNÇÃO, SARTÓRIO, 2008).

Teoria do populismo e da ‘sociedade de massas’, conforme já visto, estão estreitamente relacionadas no interior da liberal-democracia: ambas são formuladas como deformações de uma constituição democrática. A massa indiferenciada é dominada por paradigmas que lhe são externos, por meio da astúcia das elites dominantes. Da transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna poderia resultar uma sociabilidade determinada pela liberal-democracia ou uma democracia populista. O populismo ou a sociedade de massas seriam ‘formas incompletas’ ou uma decadência da liberal-democracia, modelo pronto e acabado que se tem em mira³¹ (ASSUNÇÃO, SARTÓRIO, 2008)

O engodo deliberado em que se constitui o populismo significaria a suspensão temporárias das lutas de classes e o ensejo para sua convivência democrática. Há, portanto, um largo distanciamento da apreensão marxiana das lutas de classes – estas, para Marx, são forjadas exatamente no combate contra as classes oponentes (ASSUNÇÃO, SARTÓRIO, 2008)

Um dos maiores problemas originados de suas orientações foi o obscurantismo em que lançou a compreensão da sociedade, ao substituir a análise das classes sociais pela analogia de ‘povo’ ou ‘nação’, como “comunhão de interesses ou a solidariedade própria das comunidades” (CHASIN, 1989, p. 128-129). Isto se explica, em parte, o fato de que os teóricos do populismo não se debruçaram sobre a esfera da produção, sobre o tipo de inserção que o Brasil manteve em seu percurso histórico diante do capitalismo mundial. (ASSUNÇÃO, SARTÓRIO, 2008)

Para partir da materialidade dos exemplos dados pelos próprios autores na seção anterior, o primeiro problema que se encontra nesta categoria é igualar a possibilidade do fenômeno à espectros políticos tão distintos como um ‘populismo de esquerda’ e um ‘populismo de direita’. Isso causa confusão terminológica, pois, apesar de uma visão dicotômica comum da sociedade, o ‘populismo de esquerda’ (exemplificado pelos autores por Sanders, Ocasio-Cortez, Podemos entre outros) e o ‘populismo de direita’ que pode ser associado a Trump, a Lega, UKIP ou One Nation na Austrália, tem sistemas de valores e ética divergentes (DEMATA, LORENZENTTI, 2020).

Se o problema for de grau, o populismo se elastece e passa a ser uma palavra geralmente apresentada na mídia por representações da extrema-direita como um todo (Jair Bolsonaro no Brasil, Donald Trump nos Estados Unidos, Marine Le Pen na França e Janusz Korwin-Mikke na Polônia), mas também inclui o populismo da extrema-esquerda (Bernie Sanders, Jeremy Corbyn) (JAMES, 2019) reforçando uma visão maniqueísta do mundo e da sociedade (FIGUEIRA, 2019).

³⁰ Rengifo (2018) ao estudar como os autores que usam o termo compreendem o populismo, eles dizem que o populismo teve diferentes ondas na América Latina, sendo a primeira referente ao populismo histórico com redemocratização; atravessando a segunda onda do neopopulismo que, paradoxalmente, estava ancorada no neoliberalismo; e, atingindo a própria onda da esquerda, sendo antiliberal, busca um populismo redistributivo e uma economia protecionista.

³¹ Segundo Castilho (2014), citando Chasin (1989), faz dele suas palavras, dizendo que o conceito de populismo nada mais é do que um arremedo teórico ‘mal cosido’ construído sobre bases teóricas e ideológicas liberais e sempre às voltas com a denúncia de uma suposta anomalia ou mesmo ausência na realidade nacional de processos ocorridos num abstrato modelo europeu, esse sim considerado o ideal e o objetivo a ser perseguido.

Outro problema da categoria populismo é considerar que a política existente (a democracia burguesa³²) pode equacionar o equilíbrio harmônico entre o “nós” e definir o “eles”. É o caso de autores como Cástrelo (2020) que credita o que está acontecendo agora – em um processo iniciado com a crise internacional de 2008 – é colapso do pós-político dando lugar ao *momento populista*. Para ele, dentro do populismo recente há dois pólos que têm em comum a rejeição da pós-democracia, mas diferem muito entre si em questões fundamentais: um populismo de direita, que não rejeita necessariamente os mandatos neoliberais, e um populismo de esquerda³³ que luta pela recuperação dos valores democráticos num contexto de busca da igualdade. Em suma, a crise da formação hegemônica, seu deslocamento, abriria as portas para a possibilidade de construção de uma nova ordem social que radicalize a democracia, caso prevaleça um populismo de esquerda, ou aprofunde o neoliberalismo e o autoritarismo, caso triunfe um populismo de direita (CÁSTRELO, 2020; GIROTTO-NETO, 2020)

Mais uma vez na tentativa de dar alguma possibilidade de precisão ao uso do termo “populismo”, alguns autores tratam de dar uma noção histórica de antes-e-hoje” com o uso do prexímo ‘neo-’. Em que pese a tentativa, o uso do termo ‘neopopulismos’ (ERBERELI JÚNIOR, 2013) ainda recorre a base de seu conteúdo fundamental: que o populismo é um estilo retórico³⁴ e que por si só pode arregimentar massas em torno de um projeto. É assim que Wainberg (2020) vai depositar o problema da ascensão da extrema-direita como um problema originado pela “*retórica populista*”, como fenômeno linguístico que atinge inúmeros países na atualidade. Em seus exemplos: figuras como Hugo Chaves e Nicolás Maduro na Venezuela, Alberto Fujimori no Peru, Marine Le Pen na França, Evo Morales na Bolívia, Silvio Berlusconi na Itália, Tayyip Erdoğan na Turquia, Vladimir Putin na Rússia, Donald Trump, Bernie Sanders e Sarah Palin nos Estados Unidos têm sido incluídos por este autor como neopopulistas.

Em uma autocrítica Sauvêtre (2020) admite que o termo populismo é problemático e poderia ser substituído, por categorias já consolidadas e de maior precisão como ‘nacionalismos’ e ‘neoliberalismo’. Para o autor, o que se chama de populismo nos textos que analisam a extrema-direita europeia é, na realidade, um novo tipo de ‘nacional-neoliberalismo’³⁵.

Araújo e Prior (2020) ao estudarem o populismo realizam uma crítica interna importante a categoria, expondo seus problemas na tentativa de explicar algo sobre o avanço da extrema-direita no mundo. Para eles, o populismo é um termo ambíguo e polissêmico; não há consenso sobre seu significado. Conceito vago e

³² A naturalização da democracia burguesa fica explícita em Cástrelo quando o autor afirma que: “Nesse esquema, a ‘democracia’ deve ser o significante hegemônico a partir do qual as diversas lutas serão articuladas. Essa é uma disputa que ocorre no campo da linguagem, cada vez que o populismo de esquerda fornece um vocabulário diferente para direcionar essas demandas para objetivos mais igualitários”. (CÁSTRELO, 2020, p. 359)

³³ A autora Chantal Mouffe, em seu mais recente livro ‘Por um Populismo de Esquerda’ desenvolve que, diante do evidente desgaste e possível crise da democracia representativa liberal e da nova onda de populismo, devemos diferenciar populismo de direita, protagonizado por Donald Trump, a líder francesa da Frente Nacional Marine Le Pen ou do partido UKIP no Reino Unido de uma nova forma de populismo para enfrentá-lo, baseado na radicalização da democracia e nos pilares da justiça social e igualdade (VIERA, 2019; MAZZOLINI, 2019).

³⁴ O problema do populismo se embasa muito no apelo ao argumento do “discurso” (ao invés da prática social), que exalta a possibilidade da política apenas pelo diálogo e não pela força/coerção (seja ela diária ou ocasional) e pelo enfrentamento (seja ele insurrecional/de rebelião ou revoltas). Essa insistência demonstra o quanto a política fica restrita ao mundo dos “discursos” e sendo tomada como a única forma de fazer política nas sociedades capitalistas neoliberais e sendo analisadas por áreas que trabalham exclusivamente com as “letras” (ciências da linguagem/jornalismo por exemplo). Isso fica evidente na análise de Freistein, Gadinger e Unrau (2022) quando eles afirmam que os populistas operam de modo a buscar restaurar a grandeza dos países e baseando-se em repertórios emocionais e narrativos que parecem ressoar com muitas pessoas. O uso das visualidades e das emoções nas narrativas populistas de direita quanto apresentando uma imagem diferenciada dos registros emocionais empregados para buscar apoio.

³⁵ Bolle e Zettelmeyer (2019), em uma pesquisa sobre o uso do termo ‘nacionalismo econômico’ no *google search* perceberam que há dois picos de uso do termo: um em 2004 (pré-crise de 2007-2008) e em 2017 (com a eleição de Trump). Assim, os autores endossam a crítica a categoria populismo, convergindo com Sauvêtre (2020). Para eles o termo ‘nacionalismo econômico’ tem mais a ver com a dinâmica do mundo capitalista em um ‘pré-anúncio’ de sua crise estrutural do que com a ideia de populismo por esta ideia estar muito vinculada à ‘máscara’ da democracia burguesa. Em que pese que os autores supracitados rechassem o populismo, suas análises recaem na parcialidade política (considerar apenas o ‘nacionalismo’ reduzindo a complexidade do fenômeno à apenas uma característica), e, ainda, atribuindo uma visão muito fincada na explicação marcadamente econômica (como uma determinação da fase do neoliberalismo).

confuso, o populismo é usado para se referir a ‘regimes políticos’ distintos e ‘estratégias de comunicação’ diferenciadas, seja à esquerda ou direita do espectro político.

É um termo impreciso que tem sido usado tanto para rotular os movimentos políticos autoritários e antissistema que pretendem ‘devolver o poder ao povo’ como para especificar os chamados movimentos de ‘virada à esquerda’ na política latino-americana. Assim, neste rótulo, o termo populismo está associado a movimentos eurocéticos, xenófobos e anti-imigração na Europa, enquanto que na AL é usado para se referir a personalidades de liderança e políticas socialistas de redistribuição de renda³⁶. A ideia de populismo abarcou eventos políticos distintos, até mesmo comunicacionais, desde sua gênese histórica no final do século XIX em países como a Rússia e os Estados Unidos da América. Na realidade, o termo populismo é um conceito que segue a democracia como uma sombra³⁷. A tensão entre populismo e democracia seria, assim, um convite permanente à mobilização populista. Na interface dessa tensão está um conjunto de ideias e mudanças na esfera pública, centradas na complexidade das democracias representativas e nas novas formas de ‘comunicação política’, difundidas pelo modelo de rede e pela ubiquidade do ecossistema digital e sua anatomia (ARAÚJO, PRIOR, 2020).

Esta definição é suficientemente ampla para abranger tanto os movimentos fascistas e nazistas, quanto os populismos de direita da atualidade (*Tea Party*, UKIP, Fujimorismo, Orbanismo, Trumpismo, Dutertismo e Bolsonaroismo) e suficientemente restrita para não cobrir os “populismos” híbridos (Peronismo, Vargasismo) e os “populismos” de esquerda (Kemalismo, Chavismo/Bolivarianismo, Kirchnerismo) (MONTEIRO, 2020). O termo ‘populista’ tem sido usado para descrever variantes de esquerda (Syriza, Podemos, *Occupy*, *Potere al Popolo*) e de direita (La Lega, Trump, UKIP). A diversidade de movimentos e políticos a que se aplica o termo cria uma dificuldade na sua definição e análise, tornando o conceito caracterizado por uma nebulosidade (ATKINS, MENGA, 2022).

Há ainda a tentativa do uso de metodologias que, de maneira espúria, esvaziam o conteúdo histórico-político de cada da situação particular, tentam produzir uma equivalência metodológica entre partidos de esquerda e de direita. Voltando a questão discursiva, Alonso-Muñoz e Casero-Ripollés (2021) fizeram um estudo com uma amostragem de mensagens publicadas no Twitter por quatro partidos políticos que foram enquadrados como ‘populistas’ europeus e seus respectivos líderes durante três períodos de tempo fora dos períodos oficiais de campanha eleitoral. Especificamente, as mensagens do Twitter publicadas em maio e novembro de 2016 e março de 2017 por Podemos e Pablo Iglesias (Espanha); 5 Star Movement (M5E) e Beppe Grillo (Itália); Frente Nacional (FN) e Marine Le Pen (França); e o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), Nigel Farage (líder do partido até 30 de novembro de 2016) e Paul Nuttall (líder de 30 de novembro de 2016 a 9 de junho de 2017) (Reino Unido). Três critérios foram considerados para a seleção da amostra. Primeiro, o eixo ideológico. O Podemos é considerado um partido populista de esquerda e o Movimento 5 Estrelas está no centro, enquanto a Frente Nacional e o UKIP estão na extrema direita. Em segundo lugar, o eixo velho-novo, considerando a trajetória dos partidos políticos (ALONSO-MUÑOZ,

³⁶ Nessa tentativa, alguns economistas de orientação predominantemente neoclássica (Dorbusch e Edwards, 1992), definem o populismo como uma modalidade de política macroeconômica, baseada no uso expansionista do câmbio e dos déficits fiscais para promover distribuição de renda. Essa leitura carrega ainda mais nos preconceitos ideológicos (KAYSEL, 2018).

³⁷ Como afirmado, mas não qualificado, trata-se da democracia burguesa. E isso tem consequências no que se concebe como ‘normalidade democrática’. Assim toma-se por certo e estabelecido que a democracia procedimental – baseada no sufrágio esporádico e sem participação popular entre mandatos – é o padrão-ouro da democracia. Isto reverbera nos estudos que usam o termo populismo como se a ‘vocalização da humanidade’ estivesse condicionada a este tipo de democracia. Assim, todos os analistas políticos que partem deste pressuposto, tomam a democracia procedimental como referência (objeto ideal puro e imaculado, sacrossanto e intocável) e quando ela não existe em seus termos ideais, o contrário disso é, portanto, ‘populismo’. Isto pode ser visto nas argumentações mais específicas sobre o atual momento de crise que tem sido objeto de intenso debate nos meios intelectuais. O rol de alguns dos títulos sob estes termos no âmbito da ciência política contemporânea estão: ‘Ruptura: a crise da democracia liberal’ Castells (2018 [2017]); ‘O povo contra a democracia’ Mounk (2019 [2018]); ‘Como as democracias morrem’ Levitsky e Ziblatt (2018); ‘O pêndulo da democracia’ Avritzer (2019). Todos esses, livros publicados nos últimos anos (GIROTTO-NETO, 2020).

CASERO-RIPOLLÉS, 2021). É interessante perceber que a classificação vem antes dos conteúdos de fato e, ainda, numa tentativa simplificadora³⁸ restrita ao que se posta em uma rede.

A insistência atual na ‘questão do discurso’ na explicação do populismo advem da penetrabilidade que teve a obra de Ernesto Laclau (em especial ‘*La Razón Populista*’) em codificar positivamente o conceito de populismo dentro de uma compreensão discursiva (com bases de materialidade³⁹, segundo o autor) e que tem na ordem do discurso a possibilidade de transformação ou não em ações políticas concretas.

Contudo, Berrocal (2019a), ao revisar minuciosamente a obra de Laclau e Mouffe, explica que os autores tentam explicar o populismo aplicando uma má interpretação da noção de ‘sociedade civil’ em Gramsci, lendo-a desde uma perspectiva de teoria política liberal (BERROCAL, 2019a). A interpretação de trechos que os autores fazem de ‘*Quaderni de Cáceri*’ de Gramsci onde o autor trata da metáfora militar sobre o avanço da sociedade civil por meio de uma “estrutura de ‘massas’ da democracia contemporânea” deu a entender a alguns leitores (como) que Gramsci era um ‘teórico do poder’ cindindo a relação orgânica entre guerra de movimento e guerra de posição (e atribuindo a esta última um caráter estritamente supraestrutural), e, portanto, também à relação ‘sociedade civil’ e ‘Estado’. Esta interpretação gerou, conseqüentemente, a ideia de um populismo (discurso – no âmbito supraestrutural – logo, estritamente cultural) que responde a uma certa ideia de sociedade civil de cariz liberal, ou seja, tudo ao contrário do que Gramsci propunha (BERROCAL, 2019a).

O constante esvaziamento das condições materiais e das relações de produção, em suma, da economia, que ocorre na ideia de populismo, faz com que o termo esteja vinculado a uma teoria profundamente idealista, onde as “demandas” são abstraídas de seu contexto específico e são articuladas com a única (e duvidosa) força de um líder que é o espelho emocional de todo um povo (BERROCAL, 2019b). Repensar a interpretação populista da hegemonia em Gramsci e avaliar até que ponto é legítimo ler um filósofo marxista e considerar-se seu “herdeiro”⁴⁰, eliminando ou, no melhor dos casos, suprimindo questões como o momento da coerção, da luta de classes ou da referência ao momento econômico beiram à desonestidade intelectual. Recorrer a Gramsci para fundar um conceito marcadamente idealista de hegemonia tem mais a ver com tecnicismos acadêmicos, práticas de engenharia social ou estratégias comunicacionais eleitorais e demagógicas do que com o pensamento marxista que o filósofo italiano produziu (BERROCAL, 2019b).

Por fim, no afã de demonstrar algum construto teórico que subjaz o termo populismo, Fournier (2019) vai defender a categoria dizendo que ela é embasada em duas teorias que se lhes dão suporte. São elas: 1) Teoria do teto de vidro: considera que os partidos populistas não podem vencer as eleições gerais porque não podem ir além de um limite específico de votos. Essa suposição nega qualquer efeito da retórica sobre o resultado eleitoral. O populismo continua sendo uma retórica política e os partidos populistas são e continuarão sendo forças de oposição. Os partidos políticos populistas agitam, ocupam a mídia e conseguem influenciar os debates políticos, mas sem resultados eleitorais concretos. A teoria do teto de vidro parece ter seu teto mesmo de vidro já que até pode ser verificada na França, onde Marine le Pen não venceu as eleições presidenciais de 2017; mas na Alemanha, onde a AfD está prestes a ganhar a maioria parlamentar; ou o Reino Unido, onde o UKIP conseguiu o Brexit isto não se verifica; a segunda, a 2) Teoria da democracia

³⁸ Esta perspectiva simplificadora é criticada por Taggart (2020). Ele não nega o populismo discursivo, e nem aqui a intenção é negar que há ‘estratégias de comunicação’ (usada pela maioria dos partidos políticos no intuito de angariar votos), no entanto o problema é achar que o discurso emitido por estes partidos (em demonstrar que a sociedade está em crise) é por si só um apelo ‘ao povo’. E ainda, mesmo que isso cause este feito, o processo de polarização dos eleitores (para que tenham que se posicionar com a elite corrupta e egoísta) é mais uma narrativa da crise que está longe de explicar este fenômeno.

³⁹ A grande maioria das investigações que usam o referencial laclauniano tendem a pensar o discurso sem sua ‘materialidade’ (tal qual o autor em sua perspectiva original defende) em gestos, símbolos, ícones, palavras, mas também com o seu interlocutor e suas dimensões de ‘recepção’ (dimensão consubstancial do discursivo) (RETAMOZO, 2017).

⁴⁰ Como colocam Varesi (2021) e Rieznik (1982), o idealismo deste “marxista” é cristalino. O problema teórico que não é suscetível de verificação empírica e prática não existe como tal, pois a questão de saber se o pensamento humano corresponde a uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno do seu pensamento. A controvérsia sobre a realidade ou irreabilidade de um pensamento isolado da prática é um problema puramente escolástico.

consolidada: parte do nível de ‘estabilidade’ das instituições democráticas bugueresas. Os defensores dessa teoria não excluem a vitória de um partido populista nas eleições gerais. Eles até admitem que a retórica populista pode ajudar a superar o ‘teto de vidro’ eleitoral. No entanto, os defensores dessa teoria negam que a estratégia populista possa transformar o equilíbrio da democracia constitucional. Uma vez no poder, os partidos populistas seriam confrontados com uma ‘longa tradição’ de democracia constitucional que responde mais uma vez a um modelo das democracias europeias como único horizonte viável. Além disso, admite-se que na vitória de um partido ‘populista’, ele terá de aceitar a realidade institucional inevitavelmente, nas quais as reformas antidemocráticas seriam forçosamente abandonadas. Essa teoria além de desconsiderar a constituição histórica dos Estados em particular (que pode lhe garantir outros matizes – como a autocrática no caso brasileiro – o que permite que pautas antidemocráticas se viabilizem sem grandes constrangimentos institucionais), ainda fecha os olhos para possibilidade dos golpes de Estado, tradicionais em outras versões de democracia que “não estariam consolidadas” nessa versão.

UKIP (entre outros) como inspiração para o Bolsonarismo

Diante da falência da capacidade explicativa da categoria populismo, defendo que o isso se vive desde 2007-2008 é um novo tipo de fascismo que tem no fluxo do ódio e da raiva social seu caráter mundializado. Isto não significa que, em cada situação doméstica específica ele pode conformar-se (ou não) em partidos que condensem este fluxo de ódio social. Mas o fato é que em um mundo globalizado, cujas alternativas sociais ao capitalismo não se sustentaram, a ditadura do capital é a regra. Quando esta “única forma” de viver, ou “esta regra” apresenta sua crise estrutural (capitalismo neoliberal mundializado) a possibilidade de que este ódio cresça esparaindo-o para outras partes do mundo é uma consequência fática.

Se o neofascismo inglês teve com exemplo concreto o UKIP na condensação deste ódio, o Brasil de Bolsonaro não foi necessária esta mediação partidária. O que garante a semelhança em ambos casos é o processo (processo de neofascistização) que irá se desenvolver desde os aspectos histórico-sociais de cada país, mas que dependerá, também do intercâmbio cultural de cada um na capacidade organizativa deste ódio latente, cujo objetivo, sem dúvida é condensá-lo na forma-Estado. Seja pelo processo histórico que a forma Estado tornou-se a síntese do fluxo de ódio social seja, no caso do UKIP, ou no caso do Bolsonarismo no Brasil.

Neste sentido, cabe aqui destacar o caso específico do papel do UKIP e como este partido contribuiu para impulsionar a condensação do ódio na forma Estado no caso do Bolsonarismo no Brasil, desmonstrando que não é uma situação isolada e nem pontos que eclodem fragmentadamente que “convergem” em uma mesma mensagem, mas que também são processos históricos de adesão, parcerias ou até mesmo conluio (GUROVITZ, 2016).

No Brasil, a polarização política deu resultado aos dois lados conhecidos: os apoiantes do candidato tipicamente da direita, com conotações relacionadas à extrema-direita vinculadas ao discurso e ideologia da campanha política, e aos seus opositores, em geral, apoiadores da esquerda no país, que adentraram na guerra digital. Podemos inferir ainda que, nessa polarização política acirrada, houve uma terceira via, marcada por uma grande rejeição do candidato ligado ao PT, partido dos ex-presidentes Lula e Dilma, e que almejava uma alternância de poder. Essa configuração social, política e econômica vivenciada no país em 2018 culmina com a eleição do candidato da direita Jair Bolsonaro; que encontra apoio nos movimentos de direita organizados apartidariamente no Brasil, mas inspirados nos movimentos partidários simultâneos por toda a Europa, com destaque para os ultranacionalistas UKIP no Reino Unido e AfD na Alemanha, e, nos Estados Unidos (LUCINI e KONAGESKI, 2021).

Bolsonaro explicitamente de extrema-direita, possui finíssima relação com o UKIP e com a AfD, bem como com o candidato à reeleição nos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump (LUCINI e KONAGESKI, 2021). Antes da eleição do presidente Jair Bolsonaro, os políticos brasileiros já tendiam a usar discursos a favor dos imigrantes e refugiados; Bolsonaro, por outro lado, consolidou no Brasil a imagem dos imigrantes como inimigos. Inspirado no UKIP, Bolsonaro ganhou visibilidade ao adotar um discurso fascista que separava o “nós” de “eles”, evocando a figura do bode expiatório, criticando o sistema e o

establishment, condenando a corrupção e adotando uma perspectiva nacionalista (GONÇALVES, DAVID, 2022; CARTA CAPITAL, 2014; D'ANCONA, 2018; MORAES, 2019).

Por sinal, essa questão já foi, de certo modo, compreendida por Steve Bannon, ex-estrategista chefe da Casa Branca no governo de Donald Trump que viu Bolsonaro como grande aliado (EL CONFIDENCIAL, 2023). Bannon atraiu para si líderes como: Marine Le Pen (França), Viktor Orbán (Hungria), Matteo Salvini (Itália) e Jair Bolsonaro (Brasil), inclusive Bannon denominou Eduardo Bolsonaro como o representante do seu movimento na América Latina (LEITE, 2019).

A propósito disso, com Bolsonaro já na presidência (2019-2022), a deputada da AfD divulgou em 2021 uma foto em que aparecia ao lado do ex-presidente brasileiro Bolsonaro. Neta de um ministro do regime nazista, Beatrix von Storch⁴¹ é conhecida por posições ultraconservadoras e nacionalistas e, neste mesmo momento foi vista com os deputados federais Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e Bia Kicis (PSL-DF) (DEUTSCH WELLER, 2021). Em uma mensagem divulgada com a foto, ela afirmou que seu partido quer fortalecer suas conexões e defender os valores cristãos e conservadores em nível internacional. A foto mostra Bolsonaro abraçado a ela e ao marido dela, Sven von Storch (DEUTSCH WELLER, 2021).

Mesmo como o apoio eleitoral descrente desses partidos e movimentos neofascistas na Europa e no Reino Unido (números comparativos para 2008 e 2018. UK (UKIP) 2,20% (2008) e 1,80% (2018) diferença de -0,04%) (NELSON, 2019) o cenário social atual é de irresolução da crise capital-trabalho exaurida pelo ultraneoliberalismo financierizado. Isso significa que não está descartada a possibilidade de que haja um recrudescimento dos neofascismos em termos institucionais ou, que, ainda, pelo menos ele permaneça visível na cena política até que uma solução dentro dos termos do capitalismo encontre viabilidade.

Considerações finais

Diante do exposto, tentei demonstrar a tese de que o ódio e raiva social, latentes em uma sociedade desgastada pelos sucessivos saques neoliberais à proteção social europeia, outrora objeto de consumo da imigração em massa por um lado; e, de outro uma burguesia ressentida pelos avanços sociais estabelecidos cujas vantagens precisavam ser reorientadas a seu favor pelo Estado por meio das políticas neoliberais, já que a burguesia estava desesperada por sair da crise de 2007-8 com algo nas mãos. Como isso não ocorreu, o ódio historicamente “fermentou” o suficiente para figurar-se como um fluxo intenso ódio nas relações sociais. Estas relações sociais empenharam-se em ações deliberadas à construção de partidos políticos. Esses partidos visavam cristalizar esse ódio, canalizando-os e potencializando seus alcances, a fim de permitir forjar o que aparece como uma ‘crise política’ da democracia, mas que nem sua essência são as formas sociais que acomodam o fluxo da raiva social, passando a serem contidas nas formas tipicamente capitalistas. A formação dos partidos políticos para estes fins – como no caso emblemático do UKIP – demonstra essa tese. A culminação de um processo histórico-lógico que, em seu decurso, encontra no partido a possibilidade de cristalizar este ódio na forma-Estado.

Aqui foram usados os próprios exemplos apresentados pela literatura *mainstream* no intuito de demonstrar suas explicações de caráter politicista, enfatizando o que faltava na compreensão deste fluxo de ódio. Além do tratamento metodológico com base no marxismo derivacionista, (o que lhe restaura a compreensão totalizante entre poder econômico e o político, mas também permite ver além das instituições e seus aparelhos) permitiu-me identificar as relações sociais em um matiz contínuo e articulado, permitindo ver o ‘processo’ (dinâmico), em detrimento da ‘coisa’ (estática), autorizando-me a dizer que se trata de um processo de neofascistização, ao invés de um “populismo” como diversas análises frequentemente afirmavam. Isto não invalidou o necessário esforço em desmontar a farsa ideológica que significa a categoria populismo e a quem ela serve. As análises que delas se utilizam apenas carregam consigo o mais profundo compromisso com a lógica do modo de produção capitalista, retirando-lhe da análise e permitindo que o véu da ignorância acadêmica continue lhe fazendo escudo da análise crítica radical.

⁴¹ Beatrix Von Storch é uma representante de uma ala ultraconservadora da AfD e em 2014 ajudou a levar o partido, inicialmente uma agremiação eurocética, a adotar posições de extrema-direita. Hoje, a AfD é conhecida pelo discurso radical anti-imigração e adotou recentemente um programa eleitoral com aspectos negacionistas na pandemia (DEUTSCH WELLER, 2021).

Por fim, com os contatos, parceiras e conluios que os novos tipos de fascismos apresentam, a tendência é que os caminhos para os neofascismos continuem abertos caso seja necessário. Uma crise capitalista irresoluta que se arrasta de maneira longa e depressiva, em um cenário social em que a luta da classe trabalhadora ainda se restringe à via eleitoral e, ainda, num caldo cultural no qual os valores sociais ainda estão suportados pelo ódio, raiva e medo, é possível que haja lugar para novas aventuras despóticas em termos sociais e institucionais. Isto demonstra a necessidade do estudo constante deste processo pelo qual, reitero, um nome só pode ser usado: neofascismo.

Referências

- ALONSO-MUÑOZ, Laura; CASERO-RIPOLLÉS, Andreu. ¿Buscando al culpable? La estrategia discursiva en Twitter de los actores políticos populistas europeos en tiempos de crisis. *Cultura, Lenguaje y Representación*, v. 26, p. 29-45, 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.6035/clr.5827>
- ANTÓN-MELLÓN, Joan; HERNÁNDEZ-CARR, Airton. El crecimiento electoral de la derecha radical populista en Europa: parámetros ideológicos y motivaciones sociales. *Política y Sociedad*, Madrid, v. 53, n. 1, p. 17-28, 2016. doi: http://dx.doi.org/10.5209/rev_POSO.2016.v53.n1.48456
- ARAÚJO, Bruno; PRIOR, Hélder. Framing Political Populism: The Role of Media in Framing the Election of Jair Bolsonaro, *Journalism Practice*, USA, v. 15, n. 2, p. 226-242, 2021. doi: <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1709881>
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de; SARTÓRIO, Lúcia Aparecida Valadares. A crítica chasiniana à analítica paulista. *Verinotio*, Rio das Ostras, n. 9, ano V, p. 135-153, 2008.
- ASTARITA, Rolando. El populismo de izquierda y sus límites de clase. 08/08/2022. Acesso em: 10, jan. 2023. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2022/08/08/el-populismo-de-izquierda-y-sus-limites-de-clase/>
- ATKINS, Ed; MENGA, Filippo. Populist Ecologies. *Area: Royal Geographical Society*, USA, v. 54, n. 2, p. 224-232, 2022. doi: <https://doi.org/10.1111/area.12763>
- ÁVALOS, Gerardo. *El monarca, el ciudadano y el excluido: hacia una crítica de “lo político”*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana; Bonilla Artigas Editores, 2020.
- ÁVALOS, Gerardo. *Ética y Política en Karl Marx*. Ciudad de México: UAM-X, 2021.
- ÁVALOS-TENORIO, Gerardo. La bolsa y la corona. In: ÁVALOS-TENORIO, Gerardo; HIRSCH, Joachim. *La política del Capital*. Ciudad de México: UAM-X, 2007. p. 23-56.
- AYRES PINTO, Danielle Jacon; MORAES, Isabela. As mídias digitais como ferramentas de manipulação de processos eleitorais democráticos: uma análise do caso Brexit. *Revista de Estudos Sociais*, Bogotá, n. 74, p.71-82, 2020. doi: <https://doi.org/10.7440/res74.2020.06>
- BATISTELLA, Alessandro. Um conceito em reflexão: o “populismo” e a sua operacionalidade. *Revista Latino-Americana de História*, Vale do Rio dos Sinos, v. 1, n. 3, p. 468-484, 2012.
- BEHR, Klaus Ramalho von. A conspiração do clima: populismo e negacionismo climático no início do governo Bolsonaro (2018-2020). Dissertação (mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2022.
- BEINSTEIN, Jorge. Neofascismo e decadência: o planeta burguês à deriva. Tradução: Partido Comunista Brasileiro (PCB). Florianópolis: Instituto de Estudos Latino-Americanos –IELA: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2018.
- BERROCAL, Alejandro Sánchez. “Hegemonía” y “nacional-popular”, dos categorías gramscianas adulteradas por la teoría populista. *Res Publica. Revista de Historia de las Ideas Políticas*, Madrid, v. 22, n. 2, p. 409-424, 2019. doi: <https://dx.doi.org/10.5209/rpub.62968>
- BERROCAL, Alejandro Sánchez. Contra el fraude populista: marxismo, sociedad civil y Estado en la filosofía de Antonio Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 58-77, 2019. doi: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.88075>
- BERROCAL, Alejandro Sánchez. Populismos. *Eunomia. Revista en Cultura de la Legalidad*, n. 20, p. 292-309, 2021. doi: <https://doi.org/10.20318/eunomia.2021.6076>
- BIANCALANA, Cecilia; HEINISCH, Reinhard; MAZZOLEN, Oscar. Populism facing the coronavirus outbreak. In: HEINISCH, Reinhard; HOLTZ-BACHA, Christina; MAZZOLEN, Oscar. *Political Populism: Handbook of Concepts, Questions and Strategies of Research*, 2ª. Edição. USA: Nomos, 2021 p. 569-584. Disponível em: https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB_5679FD2965C7.P001/REF
- BOITO JR., Armando. Procedência e atualidade do conceito marxista de populismo. 2018. Acesso em: 10, jan. 2023: <https://anais9coloquiomaxengels.files.wordpress.com/2018/07/procedencia-e-atualidade-do-conceito-marxista-de-populismo-armando-boito-unicamp.pdf>
- BOLLE, Monica de; ZETTELMEYER, Jeromi. Measuring the Rise of Economic nationalism. Working Paper. PIIIE: Peterson Institute for International Economics. 2019. Acesso em: 29, dez. 2022. Disponível em: <https://www.piie.com/sites/default/files/documents/wp19-15.pdf>
- BONNET, Alberto; PIVA, Adrián. (orgs.). *Estado y Capital: el debate alemán sobre la derivación del Estado*. Buenos Aires: Herramienta, 2017.
- BRAUNE, Joan. Who’s Afraid of the Frankfurt School? “Cultural Marxism” as an Antisemitic Conspiracy Theory. *Journal of Social Justice*, v. 9, p. 1-25, 2019.
- BRITO, Ricardo Camargo. El problema de la universalidad en la teoría populista: en defensa de un populismo democrático. *Recerca, Revista de Pensament i Anàlisi*, Barcelona, v. 25, n. 1, p. 47-69, 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.6035/Recerca.2020.25.1.4>
- CALLINICOS, Alex. The internationalist case against the European Union. *International Socialism: a quarterly review of socialist theory*, United Kingdom, n. 148, p. 1-26, 2015.
- CAMPOS, Carlos Hayne. El momento populista de derechas en Europa. Apuntes sobre el caso español. *Theorein. Revista de Ciencias Sociales*, Espanha, n. 1, v. IV, p.117-147, 2019.
- CARNUT, Leonardo. Marxist Critical Systematic Review on Neo-Fascism and International Capital: Diffuse Networks, Capitalist Decadence and Culture War. *Advances in Applied Sociology*, China, v. 12, p. 227-262, 2022a. doi: <https://doi.org/10.4236/aasoci.2022.126020>
- CARNUT, Leonardo. Neofascismo como objeto de estudo: contribuições e caminhos para elucidar este fenômeno. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 41, n. 1, p. 81-108, 2020. doi: <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2020v41n1p81>

CARNUT, Leonardo. Neofascismo(s) latino-americano(s) I – do fascismo ao neofascismo: compilando o debate. *Crítica Revolucionária*, São Paulo, v. 3, p. 1-38, 2023b. doi: https://doi.org/10.14295/2764-4979/CR_RC.2023.v3.13

CARNUT, Leonardo. Neofascismo e a derivação do Estado: iniciando o debate para redirecionar a análise à ação política radical. In: XXVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2023, Maceió - AL. Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia Política. Área I. Sessões Ordinárias. GT 7: Estado, trabalho e políticas públicas, 2023c. p. 1-19. Acesso em: 15, jan. 2024. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/1265_1677716163_SEP_2023_Neofasc_e_Derivacionismo_-_com_autoria_pdf_ide.pdf

CARNUT, Leonardo. ‘Quando o Estado é o Capital...’: a relação neofascismo e o capitalismo em âmbito internacional. In: XXVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2023, Maceió - AL. Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia Política. Área I. Sessões Ordinárias. GT 7: Estado, trabalho e políticas públicas, 2023a. p. 1-26. Acesso em: 15, jan. 2024. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/1265_1677809180_Neofascismo_e_Capital_Internacional_-_com_autoria_pdf_ide.pdf

CARNUT, Leonardo, FOGAÇA, Luciana Luchesi Quintanilha. O debate do Estado. *Crítica Revolucionária*, São Paulo, v. 2, p. 1-90, 2022b. doi: https://doi.org/10.14295/2764-4979-RC_CR.v2-e005

CARTA CAPITAL. A direita radical britânica se assusta. 22.05.2014. Acesso em: 03, jan. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/o-ukip-se-assusta-tudo-de-que-precisam-e-uma-boa-discussao-9414>

CASTILHO, Eriberto Peres. Teoria do Populismo: uma explicação política da “Revolução Burguesa Brasileira”? Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. 2014. Acesso em: 10, jan. 2023. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406144639_ARQUIVO_Artigo_ANPUH-SP_Santos_Eriberto_1.Sem.2014.pdf

CÁSTRELO, Víctor. El momento populista. Amenaza y oportunidad histórica. Reseña de por un populismo de izquierda, de Mouffe Chantal. *Revista Colombiana de Sociología*, Bogotá, v. 43, n. 2, p. 357-361, 2020. doi: <https://doi.org/10.15446/rcs.v43n2.78615>

CHAMOSÁ, Oscar. Populismo: crítica a la utilidad de un concepto peyorativo. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2013. doi: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.64836>

CHASIN, José. “Hasta Cuando”? A propósito das eleições de novembro. 1982. Acesso em: 31, jan. 2024. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/chasin/1982/10/hasta.pdf>

CHASIN, José. A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. 1989. Acesso em: 2, fev. 2024. Disponível em: <https://marxists.architexturez.net/portugues/chasin/1989/mes/crise.pdf>

CLARKE, Simon. The state debate. Warwick, UK: 1991 [citado em 15 jun.2022]. Chapter 1, The state debate; p. 1-61. Disponível em: <https://files.warwick.ac.uk/simonclarke/files/pubs/statebk.pdf7>

CRINES, Andrew; HEPPELL, Tim. Rhetorical style and issue emphasis within the conference speeches of UKIP’s Nigel Farage 2010-2014. *British Politics*, United Kingdom, v. 12, n. 2, p.231-249, 2017. doi: <https://doi.org/10.1057/bp.2016.2>

D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DEMATA, Massimiliano; LORENZETTI, Maria Ivana. Introduction to the Special Section “Populism and Its Languages”. 2020. Acesso em: 29, dez. 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/leona/Downloads/rcagliero,+Journal+manager,+690-2069-1-CE%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/leona/Downloads/rcagliero,+Journal+manager,+690-2069-1-CE%20(1).pdf)

DEUTSCH WELLER. Bolsonaro recebe vice-líder da ultradireita alemã. 26/07/2021. Acessado em: 02, jan. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-recebe-vice-l%C3%ADder-da-ultradireita-alem%C3%A3/a-58644007>

DF. Dicionários de Filosofia (Online). Acesso em: 2, fev. 2024. Disponível em: <https://www.filosofia.org/enc/ros/po9.htm>

DIETHELM, Pascal; MCKEE, Martin. Denialism: what is it and how should scientists respond? *European Journal of Public Health*, United Kingdom, v. 19, n. 1, p. 2-4, 2009.

DULLO, Eduardo. A Political Ritual Without Closure: Serial Liminality and the Escalation of Conflict in Brazil’s Street Demonstrations. *Bulletin of Latin American Research*, USA, v. 41, n. 5, p. 695-709, 2022. doi: <https://doi.org/10.1111/blar.13236>

DUSSEL, Enrique. Cinco tesis sobre el “populismo”. 2007. Acesso em: 10, jan. 2023. Disponível em: <https://museo-etnografico.com/pdf/puntodefuga/161116dussel.pdf>

EL CONFIDENCIAL. Abascal se cita con el hijo de Bolsonaro y con la derecha de EEUU en su gira americana. 29/02/2020. Acesso em: 03, jan. 2023. Disponível em: https://www.elconfidencial.com/espana/2020-02-29/abascal-discurso-de-trump-futuro-pertenece-patriotas-no-globalistas_2476296/

ERBERELI JR., Otávio. Do populismo “clássico” ao neopopulismo: trajetória e crítica de um conceito. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 7, n. 13, p. 1-28, 2013.

EVANGELISTA, João E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FASSIN, Éric. The neo-fascist moment of neoliberalism. 2018. Acesso em: 01, mar. 2021. Disponível em: <https://braveneweuropa.com/eric-fassin-the-neo-fascist-moment-ofneoliberalism>

FIGUEIRA, João. Jornalismo em tempos de populismo político-midiático. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, Brasília, v. 9, n. 25, p. 3-15, 2019.

FINESCHI, Roberto. Populismo, puntos de partida. 27/01/2020. Acesso em: 10, jan. 2023. Disponível em: <https://marxismocritico.com/2020/01/27/populismo-puntos-de-partida/>

FOURNIER, Théo. From rhetoric to action, a constitutional analysis of populism. *German Law Journal*, Alemanha, v. 20, p. 362-381, 2019. doi: <https://doi.org/10.1017/glj.2019.22>

FREISTEIN, Katja; GADINGER, Frank; UNRAU, Christine. *It Just Feels Right*. Visuality and Emotion Norms in Right-Wing Populist Storytelling. *International Political Sociology*, United Kingdom, v. 16, p. 1-23, 2022. doi: <https://doi.org/10.1093/ips/olac017>

FRONSINI, Fabio. “pueblo” y “guerra de posición” como clave del populismo. Una lectura de los “Cuadernos de la Cárcel” de Antonio Gramsci. 31 enero 2018. Acesso em: 10, jan. 2023. Disponível em: <https://kmarx.wordpress.com/2018/01/31/pueblo-y-guerra-de-posicion-como-clave-del-populismo/>

GAUNA, Anfbal. El retorno del populismo de derecha radical. *Discursos Del Sur: Revista de Teoría Crítica em Ciências Sociais*, Peru, n. 4, p. 187-192. doi: <https://doi.org/10.15381/dds.v0i4.17003>

GENTILE, Fabio. Do “povo amorfo” ao populismo. A trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, p. 459-480, 2020. doi: <https://orcid.org/0000-0001-5746-8008>

GILLY, Adolfo; WOODS, Alan; BONNET, Alberto. *La izquierda y la guerra de Malvinas*. Buenos Aires: RyR, 2012.

GIROTTO-NETO, Angelo. A onda conservadora e as eleições de 2018 no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

GONÇALVES, Isabella; DAVID, Yossi. Una revisión sistemática de la literatura de las representaciones de la migración en Brasil y Reino Unido. *Comunicar: Revista Científica de Educomunicació*, Espanha, n. 71, v. XXX, 49-61, 2022. doi: <https://doi.org/10.3916/C71-2022-04>

- GONTIJO, Caio; RAMOS, Leonardo. Caesarism, populism, and the 2018 election in Brazil. *Capital & Class*, United Kingdom, v. 44, n. 4, p. 617-632, 2020. doi: <https://doi.org/10.1177/0309816819884670>
- GUROVITZ, Helio. Brexit, Trump e Bolsonaro. G1. 27/06/2016. Acessado em: 02, jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/brexit-trump-e-bolsonaro.html>
- HEARNE, David; DE RUYTER, Alex. What is “populism”? Some reflections on a commentary by Matthew Goodwin. Acesso em: 29, dez. 2022. Disponível em: <https://www.open-access.bcu.ac.uk/11356/1/What%20is.pdf>
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Ciência da lógica – vol. 3. A doutrina do conceito*. Petrópolis; Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2018.
- HERNÁNDEZ, Dory Luz González. Una aproximación a la crítica, controversia y debate en torno al populismo en América Latina. Iberoforum. *Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana*. Año X, n. 19, 2015.
- HIRSCH, J. *Teoria Materialista do Estado*. Rio De Janeiro: Editora Revan, 2010.
- HOLLOWAY, John. O Estado e a luta cotidiana. Tradução: Julia Lenzi e Flavio Roberto Batista. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, p. 1461-1499, 2019[1991].
- HOLT, Kristoffer. *Right-Wing Alternative Media*. NY: Routledge, 2020.
- IPAR, Maria Cecilia. El concepto de populismo: una revisión crítica de sus “clásicos” y “nuevos” marcos teórico-interpretativos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 30, p. 235-274, 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-335220193007>
- IVALDI, Gilles; MAZZOLENI, Oscar. Economic Populism and Producerism: European Right-Wing Populist Parties in a Transatlantic Perspective. *Populism*, United Kingdom, v. 2, n. 1, p. 1-28, 2019. doi: <https://doi.org/10.1163/25888072-02011022>
- JAMES, Nicolas. Is Brexit indicative of a much larger trend of populism and a move away from a liberal world order? *MIRSA Journal*. 26 Mar 2019. Acesso em: 29, dez. 2022. Disponível em: <https://mirsamonashjournal.wordpress.com/2019/03/26/is-brexit-indicative-of-a-much-larger-trend-of-populism-and-a-move-away-from-a-liberal-world-order/>
- JÚNIOR, João Feres; POGREBINSCHI, Thammy. A teoria da política. In: _____. *Teoria política contemporânea – uma introdução*. Rio de Janeiro: Elsevier; 2010. p. 1-10.
- KAYSEL, André. Marxismo e Populismo na América Latina: notas sobre um desentendimento. 2012. Acesso em: 10, jan. 2023: Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt26-2/8136-marxismo-e-populismo-na-america-latina-notas-sobre-um-desentendimento/file>
- KAYSEL, André. Populismo: conceito ou estereótipo. 2018. Acesso em: 10, jan. 2023. Disponível em: <https://anais9coloquiomarxengels.files.wordpress.com/2018/07/populismo-conceito-ou-esterec3b3tipo-andrc3a9-kaysel-unicamp.pdf>
- KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LEAL, Juan Felipe. Octavio Ianni: Una apreciación estructuralista crítica del populismo en latinoamerica. *Estudios Políticos*, Ciudad de México, v. 15, p. 35-48, 1991. doi: <https://doi.org/10.22201/fcpys.24484903e.1991.6.59813>
- LEITE, Kelen Christina. Trabalho Precário: precariado, vidas precárias e processos de resistências. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, n. 51, p. 108-125, 2019. doi: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.0v51n0.50733>
- LÊNIN, Vladimir Illich. *Obras escogidas en tres tomos*. Moscú: Editorial Progreso, 1961.
- LOGIUDICE, Edgardo. Teoria política, ideología y populismo. *Revista Herramienta: revista de debate y crítica marxista*. 24/05/2009. Acesso em: 10, jan. 2023. Disponível em: <https://www.herramienta.com.ar/teoria-politica-ideologia-y-populismo>
- LÓPEZ, Rafael Quintero. *Nueva Crítica al Populismo: limitaciones de la investigación social en torno al “populismo”*. Quito: Abya Yala, 2004.
- LUCINI, Andreia Cristina Guimarães Cantuária; KONAGESKI, Lorenzo dos Santos. A influência dos bots na ascensão da extrema direita no Brasil, durante e após 2018. *Rev. Sítio Novo*, Palmas v. 5 n. 4 p. 6-20, 2021.
- MAITINO, Martin Egon. Populismo e bolsonarismo. *Cadernos Cemarx*, Campinas, v. 13, p. 1-20, 2020, doi: <https://doi.org/10.20396/ce marx.v13i00.13167>
- MATTOS, Marcelo Badaró. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. In: DEMIER, F.; CISLAGHI, J. F. (org.). *O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 17-45.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: Lv. 1, O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo; 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: Lv. 2, O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo; 2014.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: Lv. 3, O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo; 2017.
- MAZZOLINI, Samuele. La apuesta por un populismo de izquierda: Entrevista a Chantal Mouffe. *Nueva Sociedad*, n. 281, p. 129-139, 2019.
- MENDES, Áquilas. A reconstrução do político e a compreensão das ‘formas’ Estado e Império em Gerardo Ávalos. *Pacarina del Sur: Revista de Pensamiento Crítico Latinoamericano*, Peru, (No prelo) 2024.
- MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Precária estatalidade no Brasil: da ditadura bonapartista de 1964 ao golpe de Estado de 2016 e neofascismo (No prelo) 2024.
- MENDES, Danilo Lucena. Uma crítica aos pressupostos do populismo. *Barricadas: Revista de Filosofia e Interdisciplinaridade*, Grajaú, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2020.
- MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. O neoconservadorismo e os neopopulismos de Direita. In: MENEZES, Luiz Maurício Bentim da Rocha. (Org.). *Filosofia Política. Perspectivas pós-Covid-19*. 1ed. Curitiba: Bagai, 2020, v. 1, p. 35-50.
- MORAES, Isabela Cristina Bertram de. O papel das mídias digitais na ascensão da direita radical: A estratégia política inaugurada no Brexit. Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2019.
- NARCIZO, Makchwell Coimbra. Jair Bolsonaro no universo da extrema direita. *Revista Caliandra*, Goiânia, v. 1, n. Esp., p. 51-67, 2021.
- NELSON, Cris. Die kragtige oplewing van populistiese mobilisering in die eietyde internasionale stelsel. *LitNet Akademies*, África do Sul, v. 16, n. 2, p. 169-195, 2019.
- PACHUKANIS, Evguiéni. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PALANO, Damiano. L’invenzione del populismo. Note per la genealogia di un concetto “paranoico”. *Storia del Pensiero Politico*. n. 2, p. 273-296, 2019. doi: 10.4479/94328
- PAXTON, Robert O. *The anatomy of fascism*. New York, NY: Penguin Books, 2005

- PIOR, Hélder. Digital populism and disinformation in post-truth times. *Communication & Society*, Espanha, v. 34, n. 4, p. 49-64. doi: <https://doi.org/10.15581/003.34.4.49-64>
- POSE, Nicolás. Algunos elementos para comprender el Brexit y su impacto en las teorías del regionalismo. *Perspectivas Revista de Ciencias Sociales*, Argentina, v. 4, n. 8, p. 116-138, 2019. doi: <https://doi.org/10.35305/prcs.v0i8.53>
- RAALTE, Aniek van; MAESELE, Pieter; PHELAN, Sean. Twitter as a right-wing populist's playground: The algorithmic populism of Dutch political party 'Forum voor Democratie' and leader Thierry Baudet during their political rise. *Discourse, Context & Media*, United Kingdom, v. 44, p. e100549, 2021. doi: <https://doi.org/10.1016/j.dcm.2021.100549>
- RABOTNIKOF, Nora. Populismo: conceptos, vocabularios y experiencias. *Diánoia, Ciudad de México*, v. 63, n. 81, p. 3-22, 2019. doi: <https://doi.org/10.22201/iifs.18704913e.2018.81.1571>
- RAMIMEZ, Fernandez. Crítica de la razón populista. *Acheronta: Revista de Psicoanálisis y Cultura*, Buenos Aires, n. 27, p. 1-13, 2012.
- REIS, Daniel Aarão. Estado e Trabalhadores: O Populismo em questão. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 87-108, 2007.
- RENGIFO, Nelson Santiago Patarroyo. El populismo en América Latina: debate en torno a una vaguedad conceptual. In: MARINQUE, Julio César Contreras; SONNLEITNER, Willibald. *Las ciencias sociales y la agenda nacional: Reflexiones y propuestas desde las ciencias sociales*. COMECSO. 2018, p. 69-88.
- RETAMOZO, Martín. La teoría política del populismo: usos y controversias en América Latina en la perspectiva posfundacional, Latinoamérica: *Revista de Estudios Latinoamericanos*, México, v. 1, p. 125-151, 2017. doi: <https://dx.doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56836>
- RIEZNIK, Pablo. Populismo y Marxismo. Abril 1982. Acesso em: 10, jan. 2023. Disponível em: <https://revistaadm.com/internacionalismo/internacionalismo-n-4/populismo-y-marxismo/>
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- ROLOFF, Daniel. British Populism: A Threat to democracy? 2020. Acesso em: 29, dez. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Daniel-Roloff/publication/344547739_British_populism_A_threat_to_democracy/links/5f7f65bea6fdccfd7b51c9be/British-populism-A-threat-to-democracy.pdf
- SAINT-CYR, Arnaud. Face à la crise: le communisme; à propos de Frédéric Lordon et de son essai *Figures du communisme*. Ithaque, France, v. 29, p. 81-102, 2021.
- SALGADO, Manuel. V. El programa de investigación marxista y el populismo ruso In : ¿Clase o Pueblo? Una crítica científica desde el marxismo. Santiago: Ariadna Ediciones, 2017. Disponível em: <http://books.openedition.org/ariadnaediciones/776>
- SAMAJA, Manuel Omar. Schelling, Hegel, Marx y Lukács: la sociedad como totalidad en desarrollo histórico. *Crítica Revolucionária*, São Paulo, v. 3, p. 1-33, 2023. doi: https://doi.org/10.14295/2764-4979-RC_CR.2023.v3.77
- SANTIAGO, David Cardozo. El pensamiento de José Carlos Mariátegui: ¿entre marxismo y populismo? *Res Pública: Revista de Historia de las Ideas Políticas*, Madrid, v. 24, n. 1, p. 75-84, 2021. doi: <https://dx.doi.org/10.5209/rpub.70797>
- SATOOR, Christopher. Nature, and Identity: The Early Life and Philosophy of F.W.J. Schelling. Disponível em: <https://miskatonian.com/2023/08/25/nature-and-identity-the-early-life-and-philosophy-of-f-w-jschelling/>. Acesso em: 26, ago. 2023.
- SAUVÊTRE, Pierre. National-néolibéralisme: de quoi le «populisme» est le nom. *Sens Public*, Canadá, v. 28, p. 1-32; 2020. doi: <https://doi.org/10.7202/1079481ar>
- SCHLEGEL, Rogerio. Impactos políticos da educação: da aposta no novo cidadão à eleição de Bolsonaro. *Educ. Soc.*, São Paulo, v. 42, p. 1-21, 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/ES.240566>
- SOUZA, João Roberto dos Reis. A reconfiguração dos significados do espectro ideológico no primeiro ano de governo Bolsonaro. *REBELA. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 149-166, 2022.
- TAGGART, Paul (2000) *Populism*. London: Open University Press.
- TAVARES, Hugo Rezende. Sobre los conceptos de “forma-Estado” y “forma-império” en el pensamiento de Gerardo Ávalos: notas para pensar el Estado capitalista. *Crítica Revolucionária*, v. 3, p. 1-26, 2023. doi: https://doi.org/10.14295/2764-4979-RC_CR.2023.v3.75
- TORRIJO, Hugo Rangel. Pierre Rosanvallon, Le siècle du populisme. Histoire, théorie, critique, Paris, Éditions du Seuil, 2020, 288 pp. *Foro Internacional (FI)*, LXII, 2022, n. 3, c. 249, 653-660.
- URBAN, Andreu; COLL, Miguel. Las nuevas derechas radicales. *Viento Sur*, Espanha, n. 166, v. XXVII, p. 49-50, 2019.
- VARESI, Gastón Angel. Contradicción, antagonismo y hegemonía. Debates teóricos para el análisis contemporáneo del populismo. *Sociohistórica*, La Plata, n. 48, e149, 2021. doi: <https://doi.org/10.24215/18521606e149>
- VIERA, José Rolando Manzano. Perspectivas sobre el populismo en América Latina: México y Brasil. *Muuch' ximbal Caminemos juntos*, México, n. 9, p. 119-134, 2019.
- VIGUERA, Aníbal. “Populismo” y “neopopulismo” en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 55, n. 3, p. 49-66, 1993.
- WAINBERG, Jacques A. Populismo, emoção e a corrupção da linguagem. *Intexto*, Porto Alegre, n. 49, p. 72-87, 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583202049.72-87>
- WITTNER, Lawrence. Nationalism on the decline. 2021. International Physicians for the Prevention of Nuclear War. Acesso em: 29, dez. 2022. Disponível em: <https://peaceandhealthblog.com/2021/07/02/nationalism-on-the-decline/#more-5410>
- WOOD, Ellen Meiksins. A separação entre o econômico e o político no capitalismo. In: _____. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.